

ATA DA CENTÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 04-11-2024.

Aos quatro dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e quatro, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudio Conceição, Fran Rodrigues, Giovane Byl, Jessé Sangalli, Jonas Reis, João Bosco Vaz, Lourdes Sprenger, Mauro Pinheiro, Mônica Leal, Pedro Ruas e Ramiro Rosário. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Biga Pereira, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Everton Gimenes, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovani Culau e Coletivo, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, Mari Pimentel, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely, Pablo Melo, Prof. Alex Fraga, Psicóloga Tanise Sabino, Roberto Robaina, Sandro Besson e Tiago Albrecht. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 408/22 (Processo nº 0836/22), de autoria de Vitória Cabreira; e o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 018/24 (Processo nº 0702/24), de autoria do Executivo Municipal. Também, foi apregoado o Ofício nº 2785/24, do Prefeito, encaminhando o Projeto de Lei do Executivo nº 033/24 (Processo nº 0681/24). Por solicitação de Adeli Sell e Mônica Leal, foi realizado um minuto de silêncio em homenagem póstuma, respectivamente, a Vinicius de Andrade Cordeiro e a Paulo André dos Santos. A seguir em COMPARECIMENTO, esteve Germano Bremm, Secretário Municipal do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade, para tratar do assunto Ações do Escritório de Reconstrução e Adaptação Climática de Porto Alegre. Após, nos termos do Art. 139, §2º do Regimento, Comandante Nádia, Lourdes Sprenger, Jonas Reis, Jessé Sangalli, Biga Pereira e Giovani Culau e Coletivo pronunciaram-se sobre o tema em debate. Ainda, Germano Bremm pronunciou-se novamente, prestando esclarecimentos sobre questionamentos realizados acerca do tema em debate. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e trinta minutos às quinze horas e trinta e dois minutos. Foi apregoado o Ofício nº 2871/24, firmado pelo Prefeito, por meio do qual informa a suspensão do seu período de férias, comunicado por meio do Ofício nº 2852/24, com efeito a partir do dia vinte e quatro de outubro do corrente ano (SEI nº 118.00650/2024-12). Foi apregoado Requerimento firmado por Moisés Barboza, solicitando Licença para Tratamento de Saúde no dia trinta de outubro do corrente ano. Foi apregoada Justificativa de Falta de Biga Pereira, nos dias quatro e cinco de novembro do corrente ano, devido a sua participação no 16º Fórum Sindical Sul, em Nova Petrópolis – RS (Processo SEI nº 299.00271/2024-24). Foi apregoada Representação Externa de Pedro Ruas, no dia quatro de novembro do corrente ano, com o objetivo de participar da Inauguração de mural em homenagem a Lupicínio Rodrigues e lançamento da Campanha de Enfrentamento ao Racismo do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul,

no Foro Central em Porto Alegre – RS (Processo SEI nº 017.00159/2024-01). Em prosseguimento, foi aprovado Requerimento de autoria de Claudio Janta, solicitando Licença para Tratar de Interesses Particulares do dia quatro ao dia seis de novembro do corrente ano, tendo o Presidente declarado empossado na vereança, em substituição, pelo mesmo período, Sandro Besson, informando-lhe que integrará a Comissão de Constituição e Justiça – CCJ. Ainda, foi apregoada declaração firmada por Claudio Janta, Líder da Bancada do SD, informando o impedimento dos suplentes Lisandro Zwiernik e Antonio Carlos Souza de Lima em exercerem a vereança, em substituição, no período de sua licença. Após, o Presidente concedeu a palavra, em TRIBUNA POPULAR, ao Padre Batista Vieira da Paróquia São Vicente Mártir, que se pronunciou acerca da divulgação da 19ª Romaria em Louvor a Nossa Senhora Desatadora de Nós. Em prosseguimento, nos termos do artigo 206 do Regimento, Pedro Ruas, Jonas Reis, Lourdes Sprenger, Mônica Leal, Aldacir Oliboni, Tiago Albrecht, Márcio Bins Ely, Giovani Culau e Coletivo e Comandante Nádia manifestaram-se acerca do tema tratado em Tribuna Popular. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e cinquenta e três minutos às dezesseis horas e um minuto. A seguir, foi realizada a solenidade de entrega de diplomas a servidores que completam dez, vinte, vinte e cinco, trinta e quarenta anos de serviço na Câmara Municipal de Porto Alegre. Os servidores homenageados com diploma de dez anos de serviço foram: Andrea Dorothee Stephan Mollmann, cujo diploma foi entregue por Adeli Sell; Luiz Otavio Wearick da Silva, cujo diploma foi entregue por Aldacir Oliboni; Vinicius Ferreira Sebben, cujo diploma foi entregue por Cassiá Carpes; Jaderson Alan Markus Borgelt, cujo diploma foi entregue por Gustavo Brock, Diretor Administrativo; Thiago Aguiar de Moraes, cujo diploma foi entregue por Comandante Nádia; Paola Andressa Lima Dornelles, cujo diploma foi entregue por Conselheiro Marcelo; e Karla Pires Ferreira, cujo diploma foi entregue por Everton Gimenis. Ainda, Bruno Walber Viana, homenageado pelos dez anos de serviço, esteve ausente durante a cerimônia. Os servidores homenageados com vinte anos de serviço foram: Nara Lucia Poluden Pertile, cujo diploma foi entregue por Fernanda Barth; Rosalia Pereira Duarte, cujo diploma foi entregue por Fran Rodrigues; Alex Sandro Cardoso Borges, cujo diploma foi entregue por Gilson Padeiro; e Rita de Cássia de Oliveira Amaro, cujo diploma foi entregue por Giovani Culau e Coletivo. Na oportunidade, Renato Martinez da Costa Leite e José Eduardo Pereira Nascimento, homenageados pelos vinte anos de serviço, estiveram ausentes durante a cerimônia. A servidora homenageada com vinte e cinco anos de serviço foi Cláudia Helena da Cunha Inácio, cujo diploma foi entregue por Hamilton Sossmeier. Na ocasião, Andreia da Rocha Bueno, José Amilcar Chaves Pellini, André Ribas Leal e Rosiney Marinho Couto, homenageados pelos seus vinte e cinco anos de serviço, estiveram ausentes durante a cerimônia. Os servidores homenageados com trinta anos de serviço foram: Zaira Felipe Soutinho, cujo diploma foi entregue por Jessé Sangalli; Vladimir Gomes Lopes, cujo diploma foi entregue por João Bosco Vaz; e Roseli Aparecida Rabello Kirschbaum, cujo diploma foi entregue por Luiz Afonso de Melo Peres, Diretor Legislativo. Aurora Eni Soares Florisbal, homenageada pelos seus trinta anos de serviço, esteve ausente durante a cerimônia. Por fim, para receber o diploma de

quarenta anos de serviço, Edilson José da Silva Santos teve seu diploma entregue conjuntamente por Thiago Albrecht, Moisés Barboza, Jessé Sangalli, Ramiro Rosário, Pedro Ruas, Lourdes Sprenger, Mônica Leal, Mari Pimentel, Psicóloga Tanise Sabino, Márcio Bins Ely, Prof. Alex Fraga e Sandro Besson. Em seguida, foi realizada a solenidade de entrega do Prêmio Servidor Destaque a Aloisio de Freitas, Julian Ottonelli e Luís Otávio Wearick da Silva, com as premiações entregues aos vencedores por Mauro Pinheiro e pelo Diretor-Geral, José Alfredo Santos Amarante. Após, foi realizada homenagem à servidora Cláudia Helena da Cunha Inácio pelo empenho em salvar documentos da Seção de Memorial durante o alagamento do Palácio Aloísio Filho, com diploma entregue em conjunto por José Freitas, Roberto Robaina, Alvoni Medina, Jonas Reis e Airto Ferronato. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Mauro Pinheiro, presidindo, solicitando alteração na ordem dos trabalhos, passando-se imediatamente ao período de Pauta Especial e, após, ao período de Pauta. Em PAUTA ESPECIAL, Discussão Preliminar, esteve em 3ª sessão o Projeto de Lei do Executivo nº 035/24, discutido por Jonas Reis. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Comandante Nádia. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª sessão, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 389/22, e 187, 188, 216, 257, 277, 300, 341, 344, 347, 351 e 352/24; e, em 2ª sessão, o Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 005/24; o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 031/24; os Projetos de Lei do Legislativo nºs 342, 348 e 353/24; e o Projeto de Resolução nº 075/24. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Jonas Reis. Às dezesseis horas e quarenta e oito minutos, constatada a inexistência de quórum em verificação para ingresso na Ordem do Dia, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Adeli Sell, Mauro Pinheiro e José Freitas. Do que foi lavrada a presente ata que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo Presidente e pelo 1º secretário.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Boa tarde.

Vereador Adeli Sell (PT) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio em homenagem a Vinicius Andrade Cordeiro, meu vizinho, casado com a Laura, irmã do nosso vice-prefeito, que teve uma morte trágica, na sexta-feira, atropelado, estava num patinete, na Av. Protásio Alves. Homenagem a esse cidadão de Porto Alegre, músico, 43 anos que teve essa triste morte na sexta-feira, Vinicius Andrade Cordeiro.

Vereadora Mônica Leal (PP) (Requerimento): Gostaria de pedir um minuto de silêncio pela morte do Paulo André dos Santos, carinhosamente conhecido como Russo, uma liderança importante do Cristal.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Defiro os pedidos.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

SR. JOSÉ LUIZ ESPÍNDOLA LOPES (Mestre de Cerimônias): O Sr. Germano Bremm, secretário do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade, está com a palavra para tratar do assunto: Ações do Escritório de Reconstrução e Adaptação Climática de Porto Alegre.

SR. GERMANO BREMM: Boa tarde, Presidente Mauro, demais vereadores e vereadoras, sempre é uma alegria poder vir aqui, nesta Câmara, falar de temas tão caros para a nossa cidade. Como sabido, nós vivemos recentemente, ainda estamos vivendo, a maior tragédia climática da história de Porto Alegre, do Rio Grande do Sul, do Brasil e uma das maiores do mundo, 30% do nosso território foi afetado, mais de 300 equipamentos públicos municipais foram totalmente destruídos, parcialmente destruídos, mais de 20 mil pessoas de interesse social, famílias, perderam totalmente ou parcialmente as suas casas, mais de mil quilômetros de vias foram afetados, equipamentos de saúde, escolas, praças, parque social. Tudo aquilo que a gente construiu ao longo de 250 anos, da história da cidade, de uma hora para outra, nesses 30%, foram destruídos. O que, naturalmente, exige um esforço muito significativo, numa dimensão de trabalho que a gente não dispõe dentro da administração pública, porque temos que atender o dia a dia, o restante da cidade continua demandando. Então esse capital humano, essa disponibilidade de recurso é muito além da nossa capacidade diária de atender, os serviços básicos, a saúde, a segurança, o recolhimento do resíduo. Por isso a gente teve que se reinventar, enquanto estrutura pública, propomos então o programa Porto Alegre Forte, com seis eixos estratégicos de atuação e o Escritório de Reconstrução e Adaptação Climática para operar esse programa. Esse programa, assim como o escritório, foi aprovado aqui pela Câmara de Vereadores por ampla maioria, dando-nos então essa condição de montar uma estrutura para desenvolver, da forma mais célere possível, esses projetos. E assim estamos trabalhando.

Por isso me propus, hoje, a vir aqui na Câmara, chegando perto final do ano, passados seis meses dessa tragédia, para prestar um pouco de contas desse trabalho, o que vem sendo feito, o que já foi feito, os desafios que temos ainda pela frente. Então, eu quero compartilhar aqui com vocês – pedi para vir aqui na tribuna especialmente para eu poder visualizar a tela – um pouco desse trabalho que vem sendo feito ali junto ao Escritório de Reconstrução. Aí, entrando um pouquinho, vejam nesse painel que compartilho com vocês, é um painel de gestão, o painel traz esses eixos estratégicos de atuação do escritório, divididos nesses seis eixos: infraestrutura, adaptação climática, habitação, transformação urbana, financeiro e econômico.

Entrando especificamente no eixo de infraestrutura, a gente tem um universo de R\$ 269 milhões em obras, são 195 equipamentos que estão sendo monitorados do universo de 219 que foram afetados, vinculados às unidades básicas de saúde, às praças, às escolas, que foram totalmente ou parcialmente destruídos e que nós estamos numa operação constante para recuperar, um desafio gigantesco que demanda recurso, demanda

esforço, mas que a gente está conduzindo lá no dia a dia da nossa estrutura. Desse universo do custo ali que a gente viu, no painel de R\$ 269 milhões, nós temos 195 que são monitorados, 195 já foram vistoriados. Temos 127 obras contratadas; em obra, estamos com 17; temos 45 que foram concluídas; e temos 173 equipamentos que já foram colocados em operação, desses 195, o que perpassa aí um percentual bastante significativo já em operação, mas ainda tem, naturalmente, muita obra, são obras complexas de engenharia, você tem que fazer projeto, tem que fazer orçamento, com base nas tabelas oficiais, Sinapi, tem burocracias necessárias. Você imagina que, na sua casa, a gente tenha dificuldade, às vezes, e tem que ter tempo para organizar e efetivamente executar um projeto, imagina no poder público que segue todas as regras, os órgãos de controle, as fiscalizações. Então esse é o cenário de evolução até o momento daquilo que a gente conseguiu fazer desses equipamentos, os 195 que foram afetados. Então, vejam que temos ainda bastante obra pela frente, que naturalmente escalam aí ao longo do próximo ano para recuperar as unidades básicas de saúde, as escolas, os equipamentos de assistência social, os equipamentos culturais. E aí poderia mencionar e citar alguns exemplos de obras que estão em curso: a orla de Ipanema, todas as 14 escolas estão em obras, algumas já finalizadas. A gente tem as unidades básicas de saúde também, entrando um pouquinho ali no tema da saúde, com quase todas já em obra. Pode mostrar ali para olharmos: dos R\$ 22 milhões, a gente tem quatro contratadas, uma em obra, já tem quatro concluídos, e 16 equipamentos em operação. Os equipamentos de cultura, por exemplo, o Centro Municipal de Cultura está em obra já, a gente já conseguiu desenvolver projeto e orçamento, o trecho 3 da orla também está em obra. Conseguimos muita parceria na educação, pode entrar ali por favor no painel na parte da educação, do universo, então, de R\$ 16 milhões, 14 escolas que foram afetadas, a gente já conseguiu evoluir, vistoriar todas, contratar todas, estamos com nove em obras, cinco já foram concluídas, as 14 estão em operação. A gente conseguiu a parceria de doação, recursos que agregamos para desenvolver esses projetos fora do tradicional caixa do orçamento do município, cinco – acho que um pouquinho mais do lado ali está meio fora do painel, mas aparece ali cinco – a gente tem ali, que foram doadas, parcerias que a gente conseguiu com a Ambev, Instituto Jama, Sindiatacadistas, parceiros da cidade que fizeram essa doação, a partir, naturalmente, da estruturação do projeto e orçamento, e isso agrega mais celeridade a todo esse processo.

Voltando ao painel principal, evoluindo o trabalho do eixo da infraestrutura, a gente vai para o eixo da adaptação climática, nesse eixo a gente tem um trabalho conjunto aí com o Departamento de Água e Esgotos, temos 114 equipamentos que foram afetados, totalmente ou parcialmente, um universo de R\$ 520 milhões de obras necessárias para recuperar todos esses equipamentos. Já temos 83 contratadas, um universo aí de R\$ 22,9 milhões gastos; já conseguimos botar 105 equipamentos em operação. Temos lá 114 anteprojetos, 23 projetos básicos, 57 projetos executivos e estamos com 47 obras dos sistemas de proteção. Vejam no mapinha ali, à direita, onde estão localizados. Isso é um trabalho diário que a gente faz e evolui, considerando a prioridade e a necessidade. Depois, evoluindo um pouco ainda nesse eixo da adaptação

climática, a gente tem a subdivisão ali do eixo vinculado à prevenção. Especificamente na prevenção, a gente tem um investimento aí de R\$ 25,5 milhões. Nesse painel a gente correlaciona essas iniciativas em andamento, que são 15, com as ações previstas lá no plano de ação e adaptação climática da cidade. Dessas 15 iniciativas, muitas delas já estão sendo executadas, como, por exemplo, a contratação do serviço de monitoramento, os totens, as réguas linimétricas para medir a água da chuva, o sistema de alerta inteligente na cidade. Depois, também temos o centro mesmo de monitoramento e contingência, que está em obras; investimentos no monitoramento da qualidade do ar, que embora não esteja vinculado necessariamente à inundação, também é um projeto muito importante porque ataca uma ameaça climática da cidade de Porto Alegre. Muitos investimentos ali também, contratamos, recentemente, um serviço de meteorologia da cidade para a gente ter precisão, em Porto Alegre, e não ficar dependente do Estado ou da União, com profissionais que, em tempo integral, vão trabalhar à disposição do Município para termos a condição de identificar com precisão a previsão de chuva, do tempo, com meteorologista, com hidrólogo, com geólogo, profissionais que tenham essa capacitação de operar essas diversas salas do Estado e da União e ter uma condição mais precisa, e a gente poder se comunicar com a população. Contratamos o plano de mitigação e contingência; mitigação a desastres climáticos, que está sendo desenvolvido também, que é esta governança entre poder público e a população, para, no caso de acontecer uma tragédia, saber quais são as rotas de fugas, quais são os locais de abrigo, os pontos de doação, qual é o *site* confiável para a população buscar informação para poder se deslocar. Aprendemos com toda essa tragédia e, sem dúvida, isso tem que estar estruturado num planejamento a curto, médio e longo prazo. Então, são esses os investimentos que a gente vem fazendo aí na prevenção, são mais de R\$ 22 milhões, com uma série de iniciativas já em andamento, sendo contratadas, executadas, ou em fase de contratação.

Depois, pode voltar ali para o nosso painel principal, a gente evolui, então, para o eixo habitacional. Aqui, é um trabalho em conjunto que a gente tem que fazer com o governo federal, afinal de contas a União, o Presidente, os ministros assumiram o compromisso de destinar a moradia para toda e qualquer família que perdeu as suas casas totalmente ou parcialmente. Então, a partir desse compromisso – e, naturalmente, a União, com a sua responsabilidade, afinal de contas, grande parte do recolhimento do imposto do Brasil é destinado à União, cumpre um papel também de apoiar o Município, diante dum desastre dessa magnitude –, informamos ao governo federal, logo no início da enchente, a quantidade necessária de moradias que foram totalmente destruídas, ou parcialmente destruídas, são 20.781 famílias, entre totalmente e parcialmente. No entanto, o governo federal entendeu que o caminho para destinação dessas moradias não poderia ser por essa informação do Município, que deveriam ser atendidas as portarias, ele tem criado portarias com uma série de regramentos a serem atendidos pelo Município. Vejam, aqui, a gente tem um desafio gigante, que é a produção dos laudos, e esses laudos, para serem produzidos, é quase que uma corrida de obstáculo, porque tu não encontras as famílias, é difícil, as casas foram totalmente destruídas, então, tu tens que preencher uma série de requisitos. A gente já gastou quase R\$ 9 milhões só para atender esses laudos que

são exigidos através das diversas portarias que foram publicadas, conforme vocês veem ali. Nós informamos, dentro desse universo de portarias, 4.602 laudos e, constantemente, estamos atualizando. O governo federal, até agora, então, aprovou recentemente, acho que na sexta-feira ampliou um pouquinho esse número, 1.146 casas para a cidade de Porto Alegre, especificamente, efetivamente, ainda não tiveram as chaves, acho que a primeira chave foi agora para o interior, na semana passada, mas existe a aprovação, a partir desses laudos, enviados pelo Município de Porto Alegre.

Paralelamente a isso, a gente está num esforço muito grande para pagar o Estadia Solidária para aquelas pessoas que não têm condição de encontrar um espaço enquanto efetivamente a casa não vem. Então, o poder público está pagando mais de 3 mil estadias solidárias. Identificamos a oferta habitacional para apoiar o governo federal com aquilo que teria disponível na cidade de Porto Alegre, até R\$ 200 mil. A gente identificou, mapeou e informou que são 4,6 mil imóveis usados disponíveis, com valor de até R\$ 200 mil na cidade de Porto Alegre, e estamos no esforço de aprovar novos empreendimentos nessa faixa de valor para atender a essa demanda. Se a gente tem uma demanda de cerca de 20 mil, nós temos que ter, naturalmente, uma oferta desse tamanho. Já aprovamos mais de 3 mil imóveis com alvará de construção, são 3.143 imóveis nessa faixa de valor, para criar essa condição de oferta de ter disponibilidade na cidade de Porto Alegre. Inclusive, a Câmara de Vereadores acatou a proposição do Executivo de criar uma política de incentivos para a habitação de interesse social. Então, hoje, se tu produzes habitação de interesse social nessa faixa de valor, tu não pagas pelo solo criado e tens um desconto em relação à doação. É uma lei que foi aprovada após a enchente e que está sendo aplicada para ampliar, cada vez mais, esse número de produções de habitação nessa faixa de valor. No eixo da habitação, há um esforço muito grande; tivemos que contratar laudos terceirizados para trabalhar em conjunto com o Município e ter a condição de atender às diversas portarias, garantindo uma moradia digna para essas pessoas que perderam suas casas. É um esforço muito grande nosso, no dia a dia, junto com o Departamento Municipal de Habitação e a Secretaria Municipal de Habitação, para ter efetividade nesse processo.

Evoluindo um pouquinho mais, temos um outro eixo estratégico que está sendo trabalhado pelo escritório: o eixo da transformação urbana. Vários territórios foram afetados, mas especialmente o Centro Histórico, o 4º Distrito, as Ilhas e outros núcleos urbanos. Precisamos pensar em uma solução estrutural e definitiva para esses territórios a partir do momento em que tu vais conseguindo essa moradia e que o governo federal vai cumprindo a sua palavra, destinando casas para aqueles que perderam. Nós temos que pensar em uma solução estruturada para aqueles territórios. Por isso, para a região das Ilhas, nesse eixo de transformação urbana, contratamos e estamos em vias de assinar. Inclusive, a universidade pública da Holanda está trabalhando em parceria com a universidade pública daqui e outros atores para desenvolver um projeto urbano-ambiental sustentável para a região das Ilhas. As Ilhas que ficam fora do sistema de proteção, e a gente vai ter que conviver naturalmente com a subida das águas, pois não existe uma fórmula mágica. É muito difícil criar uma barreira natural de proteção para as Ilhas.

Queiramos ou não, elas estão ocupadas, então vamos ter que conviver com isso e pensar um projeto estruturado para aquela população, de tal forma que a gente consiga minimizar os impactos da enchente. Assim, a gente tem pensado projetos estruturantes para cada um dos territórios, como comentei, também para o Centro Histórico e para o 4º Distrito. Pensamos em criar uma política de incentivos e mandamos aqui para a Câmara de Vereadores. A Câmara aprovou, isentando outorga onerosa ou solo criado para aquelas edificações resilientes que forem certificadas como edificações resilientes. Estamos trabalhando na região do Sarandi para um parque linear, onde as pessoas ocuparam o dique, aquele que foi efetivamente ocupado, pensando uma forma urbana inteligente de a gente levar uma habitabilidade para aquele local, sem necessariamente voltar a ser ocupado. Então, é um projeto que a gente vem conduzindo nesse eixo de transformação urbana.

Por último, no eixo financeiro e econômico, mas para a gente organizar um pouco as contas, porque, como eu disse, o orçamento público infelizmente é consumido quase que na sua integralidade para atender a demanda do dia a dia: saúde, segurança e educação. É importante que a gente tenha um olhar também financeiro para ver o que nós conseguimos reorganizar de prioridade, o que nós temos que captar via financiamento nacional e internacional. De uma forma geral e resumida, a gente tem 309 obras monitoradas, que foram equipamentos totalmente ou parcialmente destruídos. Desses 309, a gente já fez vistoria em todos; contratamos já 224 – isso é uma soma dos outros eixos que eu passei ali –; estamos com 62 obras, 45 concluídas; e já botamos em operação 278 equipamentos, cerca de 90%. Vejam que são obras de engenharia complexas: tu tens que projetar, orçar, contratar empresas especializadas para poder desenvolver e executar esses projetos. A partir desse universo de prioridades... Lembrem que o prefeito oficiou ao Presidente Lula um custo público de mais de R\$ 12 bilhões, aqui no Município foram mais de R\$ 6 bilhões em perdas de capital no setor privado e um custo de R\$ 3 bilhões por mês devido ao não funcionamento dos equipamentos públicos. Por isso, a gente priorizou esses equipamentos, esses 309 equipamentos, que, dentro desse universo de valor, somam um montante de R\$ 1,2 bilhões. Desse R\$ 1,2 bilhões, grande parte é vinculado à reconstrução, são R\$ 839 milhões, e o restante... Aí dentro desses R\$ 839 milhões, a gente tem a subdivisão, aquilo que é vinculado à infraestrutura, equipamentos, e mais de R\$ 570 milhões à prevenção e adaptação climática. E ainda R\$ 369 milhões vinculados à emergência: abrigos, recolhimento do resíduo, aquilo que foi necessário e já foi executado ali na emergência. Então, esse R\$ 1,2 bilhão é o que a gente entendeu de prioridade e é o que a gente está executando dentro desses equipamentos que estamos recuperando.

Depois, de uma forma geral, a gente tem um custo mapeado de R\$ 1,2 bilhão; disso, a gente tem, vamos dizer assim, disponibilizado aquilo que a gente reprogramou dentro do caixa do Município, das prioridades, e aquilo que a gente conseguiu captar junto ao governo federal, junto ao Estado, R\$ 796 milhões, e temos R\$ 495 milhões gastos até agora. Vejam que os projetos de engenharia e obras se estendem ao longo dos meses, dos próximos anos, para a gente ter assertividade. Falta um valor para fechar aquele R\$ 1,2

bilhão e que a gente está buscando via financiamento nacional, que, inclusive, também foi aprovado aqui pela esta Câmara de Vereadores, para fechar, vamos dizer assim, esse universo de prioridades, o emergencial que a gente tem que fazer para devolver a normalidade dos equipamentos municipais, saúde, educação, praças, parques, para a cidade funcionar, a iniciativa privada continuar se desenvolvendo, gerando riqueza e oportunidade na nossa cidade.

Só para vocês verem, desses valores, grande parte é do Município, são R\$ 605 milhões do Município, R\$ 172,9 milhões da União, e R\$ 17,4 milhões do Estado, que a gente conseguiu captar. Então, grande parte desse recurso que a gente vem buscando, que estaria disponibilizado para essa emergência, é do Município, e aí distribuído proporcionalmente União e Estado. Desse valor, muito a gente conseguiu através de doação, de recursos de contrapartida, de recursos de remanejamento do próprio caixa do Município também, como prioridade.

Dos recursos gastos, R\$ 494,8 milhões, grande parte é do Município, um pouquinho da União, e aí um pouquinho ainda do Estado, que foi captado. A gente solicitou à União... Nós temos 59 projetos que foram apresentados à União, das janelas que eles criaram de oportunidades para equipamentos, disso nós cadastramos lá, necessariamente, R\$ 196 milhões e, efetivamente, veio até agora R\$ 8,438 milhões, vinculados à reconstrução. Lembrem que nosso *gap*, o nosso valor é muito mais significativo, é quase um bi, só vinculado à reconstrução. E depois, demais recursos vinculados às emergências, entre cadastrado e disponibilizado, dos R\$ 379 milhões, totalizando, a gente tem 172 milhões, muito vinculado às questões da emergência. Ainda temos R\$ 633 milhões que foram cadastrados junto ao plano Rio Grande, do Estado, estamos esperando também a disponibilidade de recurso efetivamente, até agora são 241 projetos, efetivamente não chegou, mas está num processo, é muito recente, de a gente acessar esse recurso. Então, vejam que há um esforço do escritório de reconstrução, uma atuação permanente da equipe técnica contratada, com suporte dos técnicos capacitados do Município, no sentido de a gente fazer projeto, orçamento, executar em alguns casos, trabalhar a prevenção climática, apoiar as secretarias em outras situações, fazer uma interlocução de gestão, para a gente ter muita assertividade e botar esses equipamentos a funcionar da forma mais célere possível. Por quê? A perda mensal pelo não funcionamento dos equipamentos da cidade é mais de R\$ 3 bilhões por mês, então é extremamente relevante, necessário e importante que a gente se estruture, enquanto poder público, para resolver da forma mais célere possível essa catástrofe que afetou toda cidade de Porto Alegre. Era isso. Obrigado, Sr. Presidente; obrigado, vereadores.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Convidamos o Sr. Germano Bremm a fazer parte da Mesa.

A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Presidente Mauro. Colegas vereadores, quero aqui cumprimentar o nosso secretário municipal da

SMAMUS, nosso querido amigo Germano Bremm; quero, em teu nome também, cumprimentar o Escritório da Reconstrução, reconstrução essa que tem sido feita paulatinamente, dia após dia. Tem sido procurado não apenas valores junto ao Município, a gente vê que o Município é findo em si mesmo. A Lei De Diretrizes Orçamentárias, que nós estamos discutindo, diz respeito exatamente aos valores que são trazidos no orçamento, seja pelos impostos, pelos tributos dos trabalhadores, dos empresários, seja também através das despesas já recorrentes, despesas que já existem, ao longo do tempo, na questão da saúde, da educação, do saneamento básico e de tantas outras demandas que os munícipes necessitam. E quando nós vemos que a enchente destruiu vários equipamentos, e que esses equipamentos têm que voltar a ficarem probos, funcionando na sua integralidade, nós vemos que sem dinheiro não se faz nada. E eu fico muito impressionada com os números que o senhor nos traz aqui, secretário, que foram feitos como um orçamento para a reconstrução como um todo, quase R\$ 1,2 bilhão. E que, infelizmente, até agora, foram disponibilizados R\$ 796 milhões, sendo que R\$ 605 milhões são do Município. Vejam bem, é o Município por ele mesmo. Quando as pessoas dizem que é o povo pelo povo, é mais do que a verdade, porque é o povo que paga seus impostos, é o povo que destina o orçamento com o qual a Prefeitura, através das suas secretarias, vai fazer a boa gestão. E quando nós vemos que a União repassou apenas R\$ 172 milhões, com isso, para mim, fica claro que há, sim, uma forte ameaça do governo federal aqui ao Rio Grande do Sul, e em especial a Porto Alegre, que necessita do dinheiro.

Então, eu quero aqui fazer um apelo aos vereadores de oposição, que são do PSOL, que são do PT, que são do PCdoB, e que tanto apoiaram o governo Lula, que também façam a sua parte buscando, lá em Brasília, o valor que deveria ter sido aportado aqui em Porto Alegre e que, infelizmente, não o foi. Vou repetir: R\$ 605 milhões do Município, R\$ 172 milhões da União; e R\$ 17 milhões do Estado. Nesse momento de catástrofe, nesse momento de enchentes, o que é que nós pedimos? Que todos os entes federados sejam parceiros, e parceria significa colocar dinheiro na mão do ente municipal para que possa fazer essa reconstrução, porque, senão, infelizmente, nós teremos uma perda, que é mensal, hoje dito aqui pelo nosso secretário, de R\$ 3 bilhões/mês. Para quem está nos visitando entender, são R\$ 3 bilhões que não entram no caixa público, que não entram no caixa da Prefeitura, o que acarreta um grande problema na saúde. Quando a saúde não tem um bom atendimento é porque faltou dinheiro; quando a educação não cria vagas nas escolas é porque faltou dinheiro. Vejam, senhores, pela falta da reconstrução, pela falta de entendimento do governo federal ao alcançar o valor muito menor ao município de Porto Alegre, todos nós sofremos.

Então, secretário, eu não vim fazer pergunta, porque eu já tinha visto a sua apresentação. Parabéns ao escritório da reconstrução, foi um momento muito importante aqui para Porto Alegre em que todos os vereadores votaram “sim”, mas sem dinheiro, infelizmente, nem na nossa casa, nem no Município, se faz nada. Então rogo aqui para que o governo federal olhe para Porto Alegre, olhe para os mais de 1,3 milhão munícipes que aqui estão, que precisam de saúde, saneamento básico, educação, emprego, que

precisam de iluminação pública, de praças de lazer, de cultura e de tantas outras coisas, e que traga aqui para Porto Alegre os recursos que foram prometidos e que infelizmente não chegaram até agora. Parabéns! Continue assim. Conte comigo.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Sr. Presidente, vereadoras, vereadores, nosso secretário Germano Bremm, é uma apresentação que me prendeu bastante a atenção, eu, que venho dos números, secretário, trabalhei muito tempo nessa área, depois, como auditora, e estão muito bem explanadas as ações. Eu me sinto também contemplada de ter sido tão polêmica a criação do escritório, e nós termos votado a favor, e hoje o secretário está aqui prestando contas do escritório criado por técnicos da Prefeitura, por outros especialistas, e que trouxe o retorno, o retorno não só da demonstração como da conclusão já de 45 serviços, vamos dizer assim. E já foi falado, mas eu quero repetir, que essa captação de recursos realmente saiu do caixa da Prefeitura; que somente R\$ 172 milhões vieram do governo federal e R\$ 17 milhões do governo do Estado. E, assim, com R\$ 796 milhões, R\$ 494 milhões já comprometidos e aplicados. É isso que se busca, secretário, a preocupação das casas, não só as casas provisórias, vemos muitas lamentações, mas não é só de Porto Alegre, das pessoas de outros municípios que perderam tudo e que hoje se sabe que não se conseguirá contemplar todo o Estado em 100%, é um recomeço, é muito a fazer. Fala-se muito no desassoreamento, mas nós temos que falar também da natureza, das margens que propiciam também o caso do acúmulo de areia e outros. E nos conscientizar que esse acidente climático, não é só em Porto Alegre e no Rio Grande do Sul, se nós verificarmos as notícias, na Espanha e também num outro país que eu vi rapidamente é alarmante a quantidade de água que chega levando tudo, então, essa é uma preocupação que deve ser mundial. E buscar minimizar, porque contra a natureza, a força da natureza nós não temos muita solução geral e, sim, minimizar. E assim que se sente contemplada, quando se vem prestar contas. Esperamos que, em dezembro, o número de ações aumente para prevenir sobre os acidentes climáticos que aprendemos bastante, muito sofrimento.

Eu faço mais um adendo, secretário, para os animais; entraram dez mil animais em Porto Alegre, não tínhamos onde alocar, vieram R\$ 180 mil em nível federal. O recurso que se tinha aqui no Município, tenho certeza de que foi utilizado, o voluntariado foi muito importante nos primeiros dias, mas que não venhamos a ter também uma sobrecarga futura sem ter um planejamento para minimizar um pouco pelo menos... Não digo que foram todos animais que chegaram dos municípios lindeiros, e depois o município de Porto Alegre teve que arcar com toda essa responsabilidade. Muito obrigada. Parabéns, secretário.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Jonas Reis está com a palavra.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão, secretário Germano Bremm, que se faz presente, bem-vindo à Câmara de Vereadores, Presidente e demais colegas, nós estamos aqui com uma dificuldade, secretário, na nossa capital. Nós vivemos um período em que a Prefeitura perdeu cerca de R\$ 140 milhões que vinham direto da União para fazer a reforma do sistema de drenagens – apenas R\$ 140 milhões, que iam colocar em dia. Em setembro, apareceram as primeiras fissuras, as dificuldades dos sistemas. Os técnicos da Prefeitura apontaram e mostraram, o governo não quis fazer, veio maio e atolaram todo mundo na lama. Os R\$ 140 milhões teriam resolvido a situação! Hoje, nós estamos falando – o senhor trouxe aqui um PowerPoint – em bilhões de reais em investimento público para reconstruir estruturas, como o senhor falou aqui: tem postos de saúde fechados, escolas, aparelhos de cultura, de esporte e lazer, parques e espaços da Prefeitura. Sem contar que toda a lama que chegou entrou nos bueiros, então ela se instalou, impregnou, ou seja, aquilo que a gente demorou mais de 20 anos para fazer, que cada gestão da Prefeitura fazia um pouco, desobstruía as bocas de lobo, agora atolou tudo de novo numa vez apenas, só em maio, e vão ter que gastar um dinheirão nisso. Então, se o dever de casa tivesse sido feito com os R\$ 140 milhões, nós não teríamos que gastar bilhões do dinheiro público – e eu não estou falando das empresas privadas. Quero dar o exemplo dos trabalhadores, dos empreendedores do DC Navegantes: nós estamos para perder o *shopping* DC Navegantes, o *shopping* DC Navegantes está para encerrar os serviços. Nós vamos parar de gerar emprego ali, e é um *shopping* histórico da cidade. Os comerciantes que estão ali se endividaram, porque o neoliberalismo prometeu um brilhante 4ª Distrito e entregou uma piscina de esgoto parado durante um mês. Foi isto que os neoliberais da capital dos gaúchos prometeram: desenvolvimento – e ainda diziam, sustentável, alguns. Eu tive o desprazer de ouvi-los mentir descaradamente. Os neoliberais da cidade diziam que eram a inovação, a mudança. Eles diziam que eles eram o novo, e o novo se tornou velho, antigo, infelizmente ultrapassado. O novo se transformou na pantomima, na mentira, na patuscada, na enganação. E os comerciantes, os empresários que acreditavam no neoliberalismo, mas não tinham por trás a fiscalização de que as obras estavam sendo feitas, se as casas de bombas funcionavam de fato, e não se importavam com que os técnicos diziam, inclusive do DMAE, secretário Germano Bremm. Eles apontavam a casa de bombas aqui atrás do Ministério Público de Contas, do Tribunal de Contas do Estado, e diziam o seguinte: tinha que consertar. Ali foi por onde entrou a água para dentro de todo Centro Histórico, e só os mercadeiros gastaram uma nota. O Mercado Público e a União, o senhor falou aqui da União. Temos que agradecer à União, ao governo federal do Presidente Lula. Agradecer ao governo estadual também, que está fazendo alguns contratos importantes. Tem casas já contratadas, mas agora a gente aumentou o déficit habitacional na cidade, aumentou o déficit de acesso ao saneamento, tudo por conta de que não quiseram fazer a obra dos R\$140 milhões na época do governo Marchezan. E infelizmente V. Exa., secretário Germano Bremm, fazia parte daquele governo, então V.Exa. também era membro. A minha pergunta aqui é simples: quanto vale, quanto custa

a negligência governamental frente à crise climática? Vossa Excelência, que também responde pela pasta do meio ambiente: quanto custa a negligência, acerca da crise climática e quanto custará ao futuro da cidade? Quantos bilhões mais, se a gente não colocar argila imediatamente lá nos diques? A Prefeitura, secretário, não está conseguindo comprar argila! Eu queria que pudesse me explicar isso, se V. Exa. tiver como, se tiver os dados, as informações e me dizer como até agora, decorridos seis meses da tragédia, nem argila a gente conseguiu comprar. Como é que o prefeito Melo não consegue sequer comprar argila? E aí o seu PowerPoint é bonito – o seu PowerPoint é bonito –, concordo, olhei, fiquei feliz com o PowerPoint, mas deixo aqui essas perguntas.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Tempo, vereador.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Ah, sim, meu tempo, muito obrigado por avisar, Presidente. O Ver. Jessé está um pouco nervoso, deve ser porque ele é mais coadunado a esse Novo, que, na verdade, é o antigo.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (PL): Boa tarde a todos, queria cumprimentar, é a primeira vez que eu uso a tribuna após retornar das eleições – os tempos de Liderança são utilizados pela líder e acabou não dando tempo de conseguir vir aqui na tribuna ocupar os espaços do PL. Queria agradecer a presença de todos aqui; agradecer também a presença do secretário Germano, que está fazendo um trabalho muito importante e reconhecido na Secretaria de Meio Ambiente. A gente sabe que os desafios de Porto Alegre, agora na reconstrução, vão ser muito importantes, e que bom que ganhou um governo que tem compromisso com o futuro da cidade. Vai fazer agora a questão do Plano Diretor, que está sob a liderança do nosso secretário Germano, que já está conduzindo isso há algum tempo. Eu estou ansioso para que esse projeto possa chegar aqui na Câmara para que a gente possa debatê-lo e desburocratizar a reconstrução da nossa cidade pensando ela já a longo prazo. Os próximos dez anos vão ser norteados pelo Plano Diretor, na verdade, vão se transformar em décadas, porque o que for construído ao longo dos próximos dez anos vai ficar por muito tempo aqui na cidade. A gente vê aqui, por exemplo, na Rua da Praia, onde nós temos os maiores prédios da cidade de Porto Alegre, são da década de 1960 e 1970 e ainda terão muitos anos. Então, é importante que isso seja feito de maneira adequada para que esse crescimento da cidade, a partir da reconstrução, se dê de maneira sustentável. Então, agradeço a presença do secretário e por se colocar à disposição aqui da comunidade para acolher suas demandas importantes através do gabinete. Estamos no gabinete 217, onde quem quiser comparecer vai ser bem recebido, estamos juntos.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): A Ver.^a Biga Pereira está com a palavra.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Boa tarde, colegas vereadores, vereadoras; boa tarde, secretário, que aceitou o nosso convite para este comparecimento. A nossa bancada do PCdoB já havia solicitado à Mesa que fizesse a solicitação para que viesse até esta Casa, na medida em que aqui foi apresentado um orçamento de R\$ 1,7 milhão para esse escritório, e nós identificamos, como o senhor também, obviamente, que a imprensa da nossa cidade já divulgou que o escritório gasta mais de R\$ 2 milhões. Por que não solicitaram esse valor, na medida que já está ultrapassando? Qual foi a falta de previsão que tiveram, que o Município teve para realizar o que pretendia? Esse escritório está para findar no mês que vem. Acredito que após uma campanha eleitoral, em que o candidato eleito apresentou uma cidade... Que bom, nós vamos morar todos no paraíso, não é, gente? Vai ser maravilhoso viver nesta cidade com tudo que será feito! Com certeza, esse escritório apresentará um diagnóstico perfeito, a partir de todo esse gasto. Vai apontar, além do diagnóstico, as fontes de recurso para execução desta reconstrução. Fico muito feliz quando o senhor traz aqui os dados, vendo que o governo federal disponibilizou todo este recurso para Porto Alegre, porque o Estado todo foi atingido. Eu fico somando, para todos os outros municípios, o quanto o governo federal vem investindo no nosso Estado. Fico feliz em saber, e, ao mesmo tempo, me assusta ver o que o governo estadual passou, na medida em que foi aprovado que o governo estadual passaria a não pagar a dívida do Estado e não teria juros inclusive para essa dívida, portanto o Estado deveria estar ajudando mais, não é? E o número que foi aqui apresentado é um número muito pequeno frente à situação.

E me preocupam, secretário, as escolas, porque nós temos os dados de que muitas escolas foram afetadas e como é que está esse processo para a reconstrução das escolas? Assim como para a própria questão da prevenção. Foi dito muitas vezes que esta cidade está já se preparando no sentido da prevenção; ao mesmo tempo, a gente ouviu também dizer que vão privatizar o DMAE, que foi quem nos orgulhou no enfrentamento às enchentes; todo o corpo técnico do DMAE mostrando a sua capacidade resolutiva, com rapidez e com eficiência. Portanto, deixo aqui, secretário, o pedido, quando o senhor puder me ouvir, que, de verdade o senhor disponibilize para esta Casa esse PowerPoint que o senhor apresentou, para que a gente tenha acesso, de uma forma mais tranquila. Porque, o PowerPoint, não sei quem o fez, mas eu poderia dar um algumas aulinhas de didática para apresentar PowerPoint, porque fica difícil a gente acompanhar um PowerPoint tão dividido e tão amontoado. Enfim, preocupa-me quando o senhor diz que precisamos pensar nas ilhas. Gente, como assim “precisamos pensar”? Nenhuma proposta de como solucionar os problemas dos moradores das ilhas? Nós vamos precisar ainda pensar? Não se tem um diagnóstico do que efetivamente propor para socorrer o povo das ilhas? Muitos ainda estão morando em abrigos, outros estão morando de favor. Isso me preocupa, assim como também me preocupa a situação da nossa da nossa Zona

Sul, porque eu não vi, em nenhum momento, o senhor citar nenhum bairro da Zona Sul, que sofreu também com essa situação, foi atingido pelas enchentes.

Quanto à questão do número de pessoas que estiveram nesse escritório, o que me chama atenção são as notícias que foram divulgadas, porque o que passou nesta Casa é que seriam criados 12 cargos, no entanto, foi bem além desses 12 cargos, tiveram gratificações nos salários. Teve situação de passar, inclusive, o próprio salário do prefeito nessas gratificações e nos salários especiais. E a imprensa nos coloca que o órgão, já em setembro, contava com 98 integrantes, sendo 47 ocupantes de cargo em comissão e 38 remanejados de outros setores, sendo 40 de carreira; 11 servidores sem remuneração extra. Então, eu gostaria que o senhor nos deixasse claro como que se deu essa situação, e em que pé estão os gastos que o Município já realizou, se são essas informações que a imprensa nos traz – e não só um veículo, mais que um veículo de comunicação –, qual é a informação oficial que o senhor traz a esta Casa? Muito obrigada.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Giovanni Culau e Coletivo está com a palavra.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Boa tarde, Presidente, demais colegas, vereadores e vereadoras; falo aqui do microfone de aparte mesmo, mas quero poder, secretário Germano, fazer um diálogo direto contigo. Nós estamos, Presidente, nesse comparecimento, num momento de debate que ocorre após as eleições. E as eleições decidiram que Sebastião Melo terá o desafio de liderar a cidade no esforço de reconstrução. A mesma eleição que elegeu Sebastião Melo também me elegeu para, no próximo período, construir a oposição democrática aqui nesta Casa. E é reconhecendo esses lugares que quero poder, secretário Germano, fazer esse debate e esse diálogo contigo. Um debate que penso que nós devemos fazer não de forma demagoga. E preciso aqui dizer que, passados cinco, seis meses da tragédia que o Rio Grande do Sul e Porto Alegre viveram, eu imagino que o balanço que nós devemos fazer é um balanço do fracasso do Estado em atender a população que sofreu e que ainda sofre na nossa cidade e no nosso Estado. E quando eu falo de fracasso do Estado, eu estou falando do conjunto dos entes federativos: estou falando da Prefeitura, do Estado e do governo federal. Em que pese, preciso dizer da tranquilidade que tenho em acreditar que o governo federal é aquele que anunciou as mais importantes medidas até aqui, mais de duzentas pessoas na nossa cidade foram beneficiadas pelo auxílio-reconstrução, por volta de 800 pessoas já liberadas para adquirirem a sua casa, porque tiveram a sua moradia completamente destruída. Mas eu faço esse recorte, secretário Germano, de, como ponto de partida, apontar o fracasso do Estado, porque isso significa dizer que esse estado neoliberal é burocrata para os mais pobres e favorece as elites. E é por isso que a nossa luta para transformar radicalmente esse sistema precisa seguir. E mudar radicalmente esse sistema também precisa significar, secretário, mudar a nossa relação com o ambiente natural em que nós vivemos. E é por isso que eu quero compreender melhor do senhor quais são as diferenças entre o plano de ação climática anunciado pela Prefeitura e o plano

de enfrentamento aos desastres recentemente contratado. Porque o povo não pode ficar submetido ao anúncio de planos que não saem do papel, ao anúncio de planos que não se transformam em ações efetivas para mudar e proteger a vida do nosso povo. De que forma esses planos se relacionarão e quais são os recursos que garantirão que as medidas apontadas por eles se transformem em realidade? Porque se nós não discutirmos isso aqui, eles serão apenas panfletos e, quem sabe, peças publicitárias em tempo de uma eleição que acabou de passar. Eu quero compreender também, secretário, sobre as obras de recuperação da orla de Ipanema. Ao que me parece, as obras que são importantíssimas têm sido executadas sem comporem um plano mais amplo, no sentido de preparar também a Zona Sul e o Extremo-Sul de Porto Alegre na prevenção às inundações. Então eu quero entender, de forma direta e objetiva, secretário, se a revitalização do calçadão de Ipanema, de fato, está orientada por um plano de prevenção a cheias na Zona Sul de Porto Alegre. Eu também gostaria de questionar, de forma mais ampla, sobre quais são as medidas que o escritório tem conduzido, não só em relação a Ipanema, mas a todo Extremo-Sul da cidade. Quando as águas baixaram no Sarandi, no Humaitá, a gente viu que o Guarujá e o Lami, mas também outros bairros da região, ainda sofriam com as inundações, quais são as medidas que a Prefeitura conduzirá para que o Extremo-Sul de Porto Alegre não fique vulnerável como está no dia de hoje? Porque nós não temos uma casa de bomba sequer pra proteger a população que mora naquele território. Quero aproveitar, secretário, para encerrar, para também consultar sobre como a Prefeitura se posiciona sobre os planos de mineração na Zona Sul de Porto Alegre. Pergunto isso porque a existência de Estudo de Impacto Ambiental é fundamental. Nós não podemos permitir a liberalização de mineração desenfreada na Zona Sul de Porto Alegre, sem considerar os impactos ambientais, porque fazer isso seria não realizar a mudança de paradigma que nós precisamos produzir, se nós, de fato, aprendemos alguma coisa com o que vivemos em Porto Alegre ao longo dos meses de maio e junho.

E, por fim, eu gostaria de entender do que trata o Plano Diretor de Arborização. Porque, no que se refere à arborização urbana, o que nós temos tido nos últimos anos em Porto Alegre é um verdadeiro descaso. Recentemente, inclusive, vimos, próximo ao Parque Natural da Reserva do Osso, a derrubada de 315 árvores para abrir caminho para apenas 18 casas de luxo. Isso, para mim, não demonstra um aprendizado sequer com aquilo que nós vivemos em Porto Alegre. Muito obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O secretário Germano Bremm está com a palavra para suas considerações e também para responder aos vereadores.

SR. GERMANO BREMM: Obrigado, Presidente, vou tentar ser bem objetivo, aqui, nas perguntas que tomei nota, de forma única respondendo aos vereadores. Aos questionamentos, quero agradecer pelas palavras de força dos diversos vereadores aqui, felicitações ao quadro técnico – o Município tem se esforçado muito pra fazer com que esses projetos de fato aconteçam. Para captar recurso é um desafio gigantesco, como

eu disse, 30% do território foi afetado, ou seja, de uma hora pra outra, a gente teve destruído aquilo que nós conquistamos ao longo de 250 anos da nossa história.

Quero fazer um esclarecimento, especialmente com relação às responsabilidades vinculadas ao sistema de proteção. A Constituição Federal é muito clara nessa divisão de responsabilidade, ou seja, o que é competência do Município, do Estado e da União, e, quanto ao sistema de proteção, o art. 18 da Constituição prevê de forma muito clara e objetiva essa responsabilidade. Sistema de proteção é competência da União, tanto é assim que o Departamento Nacional de Obras e Saneamento fez o sistema de proteção, não só de Porto Alegre, mas da Região Metropolitana. Não existe um sistema de proteção individual na cidade de Porto Alegre; não se pode imaginar que a cidade vai sair isoladamente dragando, se tu não pensares no todo. Então, existe essa divisão, e cada um, dentro da sua área de competência, tem responsabilidade sobre isso. O Município de Porto Alegre, entendendo que talvez o tempo da União seja diferente, está evoluindo e fazendo as devidas contratações. Nós estamos desenvolvendo projetos, orçamentos e estamos com obras nesse sistema de proteção. Todos os equipamentos que foram afetados estão mapeados e estão dentro de um processo de recuperação; muitos deles já foram recuperados, outros estão com obras em curso e outros com os estudos sendo feitos. A partir da orientação do prefeito, iremos cobrar, oportunamente, essa responsabilidade, seja na justiça ou em uma composição, porque temos clareza desse papel e da responsabilidade de cada ente federado.

Por isso, naturalmente, além da responsabilidade prevista expressamente na Constituição, precisamos pensar que, diante de uma catástrofe desse tamanho, dessa envergadura, a proporcionalidade dos esforços de reconstrução deve ser semelhante ao recolhimento de impostos: aproximadamente 65% vai para a União, 20% para o Estado e 15% dividido entre os municípios. Então, essa proporção de resposta também deveria ser nesse sentido, porque, afinal de contas, é uma tragédia. Afinal de contas, a Constituição estabelece as responsabilidades da União nesse processo de resposta.

Respondendo objetivamente ao questionamento em relação ao painel, esse que eu trouxe aqui não é uma apresentação, mas um painel interno, onde a gente acompanha, no dia a dia, a evolução das obras. Em seguida, nós publicaremos um painel público efetivamente sobre a reconstrução, de transparência, para prestar contas da evolução de cada uma das obras, dos recursos que conseguimos captar, dos recursos que efetivamente vieram e da evolução de cada um desses projetos.

Em relação às escolas, alguns vereadores falaram, a Ver.^a Biga Pereira falou, todas já estão em processo de recuperação, e grande parte delas já foi recuperada. Conseguimos muitas doações e recursos, a partir dessa organização também do setor privado, para termos assertividade nesse processo.

Com relação às ilhas, que ficam fora do sistema de proteção e que é uma realidade, são ocupadas, também buscamos e captamos recursos. Está destinando, junto ao programa das Nações Unidas, para contratar a universidade pública da Holanda. Essa parceria visa desenvolver um projeto urbano sustentável para aquele território, porque, afinal de contas, ele fica fora do sistema de proteção. Esse é um projeto de futuro, o que

não quer dizer que, através do Estadia Solidária e das ações assertivas, não estejamos buscando uma moradia alternativa para aquelas famílias. Esse é um projeto estruturado também de futuro, mas, em paralelo, sendo trabalhado especialmente o Estadia Solidária, que é um recurso muito significativo que o Município está pagando para aqueles, efetivamente, que não têm condição de retornar à sua moradia, pelo menos um percentual disso.

Com relação à Zona Sul da cidade, pensando em algo estruturado, o Departamento Nacional de Obras de Saneamento fez o sistema de proteção da região metropolitana até a altura do Barra Shopping. Aquela região em direção à Zona Sul ficou desprotegida e, efetivamente, com essa recorrência que a gente tem da subida das águas, é algo que a gente tem que pensar de forma estruturada para resolver aquele problema. Um problema complexo que nós temos que envolver, naturalmente, a União com a sua responsabilidade em sistema de proteção; o Estado, minimamente, porque envolve a bacia do Guaíba, a Zona Sul, Viamão, enfim, a saída, a Lagoa dos Patos. Nós evoluímos e contratamos o maior especialista nessa área, que é o professor Tucci, oriundo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, do IPH, para buscar alternativa para aquela região da cidade. Está contratado e está em desenvolvimento o trabalho dele no sentido de nos indicar uma alternativa para, oportunamente, quando tivermos esse recurso e a disponibilidade da União de fazer essas obras, a gente dizer: “Olha, a parte de Porto Alegre está pensada, está estudada; entendemos que esse é o caminho, ou outro.” Enfim, ter essa condição de fazer esse questionamento.

Efetivamente, com relação aos números do escritório, a gente propôs, na iniciativa legislativa, uma estimativa, como deve ser, dos custos decorrentes dos 12 cargos criados, que foi de cerca de R\$ 1,7 milhões. Então, dentro desse valor, a gente cumpre efetivamente aquilo que foi estimado. Até agora, 31 de outubro de 2024, foram gastos R\$ 780 mil reais. Uma previsão, até 31 de dezembro, de R\$ 1,241 milhão; ou seja, dentro daquilo que a gente previu para a criação de cargos. Claro que, em força-tarefa, nós designamos alguns outros quadros do Município, entendendo que não só esses quadros técnicos contratados teriam condições de tocar o tamanho desse projeto. Imaginem, são mais de R\$ 12 bilhões de custo público, do prejuízo. O custo mensal privado foi gigantesco. A gente ainda está designando servidores, pontos focais de diversas secretarias, porque têm experiência e conhecimento em suas áreas de atuação para nos apoiar nesse processo, mas em regime de força-tarefa. Então, é uma gratificação vinculada à arrecadação do Município, e, com todo o esforço que estamos fazendo, estamos conseguindo manter números elevados ainda de arrecadação. Acho que a economia da cidade vem respondendo muito bem, a ocupação hoteleira vem aumentando a cada dia, o saldo entre criação e extinção de empresas é positivo, o saldo de empregos está positivo, ou seja, a economia está respondendo bem a essa força-tarefa que a gente está implementando para devolver a normalidade dos equipamentos da cidade. Agora, esses valores de diferença, que, eventualmente, estão repercutindo em algum veículo de divulgação ou não, são certamente dessa gratificação, em caráter excepcional, para essa força-tarefa, que é gigantesca. A dimensão do trabalho é gigante, é sem precedentes na

história do Brasil. Então, o esforço para responder a isso deve ser desse tamanho naturalmente.

Objetivamente, falando um pouco da diferenciação, Ver. Culau, entre o plano de ação climática e o plano de contingência, o plano de ação climática da cidade de Porto Alegre são as ações macro, 30 ações no sentido de a gente gerar emissões de gases e preparar a cidade para o futuro. Esse plano de ação vinha sendo desenvolvido, o primeiro produto dele foi o inventário de gases em 2021, depois a gente fez o estudo de risco e vulnerabilidade da cidade em 2022 e 2023, e depois efetivamente o plano de ação. Agora a gente tem o relatório final dele, que vai gerar um projeto de lei, na sequência a gente tem que concluir efetivamente o projeto de lei, que são as 30 ações norteadoras para a gente zerar as emissões de gases da cidade e prepará-la para o futuro.

Com relação ao plano de mitigação a desastres e contingência, é um plano que a gente entendeu extremamente necessário e importante atualizar, em função da experiência que tivemos com essa tragédia, que vai efetivamente definir a resposta àquela emergência climática. Por exemplo, no caso da inundação, quais são as rotas de fuga, quais os locais de abrigo, os pontos de doação, onde a população busca informação precisa e clara? É uma governança interna e externa objetivamente para responder a uma eventual tragédia: à inundação, que a gente teve essa experiência; mas também às ondas de calor, ou eventualmente alguma outra tragédia, um temporal, para a cidade conversar do ponto de vista de governança interna e externa, e saber como agir no caso de uma tragédia, aprender com tudo aquilo que vivemos.

Com relação ao sistema de proteção em direção à Zona Sul, pensando esse território, contratamos o professor Tucci, especialista reconhecido. Efetivamente com relação ao Plano Diretor de Arborização Urbana é um...

(Aparte antirregimental.)

SR. GERMANO BREMM: Exatamente, o professor Tucci foi contratado para revisar o sistema de proteção existente e para pensar uma alternativa em direção à Zona Sul da cidade. É um contrato de cerca de R\$ 5 milhões, com tempo de trabalho de 18 meses, que foi estruturado e contratado pelo DMAE, está sendo desenvolvido, são diversos produtos a serem entregues ao longo dos anos, para a gente revisar o sistema existente, mas, especialmente, para quando chegar esse recurso que a União sinalizou a disponibilizar para o Estado, para o Estado assumir a execução das obras do sistema de um todo, a gente ter uma condição técnica que já está mais evoluída no projeto e dizer que, em Porto Alegre, nós já pensamos, achamos que essa alternativa é boa, essa é ruim, enfim, ter uma maturidade para não chegar lá na frente e ter que contratar e entender os projetos. Nós estamos evoluindo, entendendo que é uma região extremamente importante e necessária que a gente proteja.

Finalizando, com relação ao Plano Diretor de Arborização, é um contrato que a gente ainda não deu a ordem nisso, mas é algo que nós estamos estruturando para ter, de forma estruturada, política pública da arborização urbana. Nós investimos, nessa

gestão, vereador, mais de R\$ 70 milhões, e posso relacionar as obras na política ambiental do Município. Historicamente, recuperamos o Viveiro Municipal, mais de R\$ 5 milhões, um projeto que infelizmente vinha em sucessivos problemas de governos. A gente recuperou o viveiro, investimos num contrato permanente de arborização inteligente na cidade, árvore certa no lugar certo. Só neste ano, já plantamos mais de duas mil árvores, vocês devem ver pela cidade os diversos canteiros que estão cravejados de árvores novas na cidade de Porto Alegre. Recuperamos a tecnologia, inteligência da arborização do Município, com *software*, que pode mensurar a evolução do plantio. Inteligência em todo esse processo. Cercamento das unidades de conservação; recuperação de diversas áreas verdes da cidade, são mais de R\$ 70 milhões investidos; inventário de gases de efeito estufa; plano de ação climática; diversas ações no sentido de a gente estar cada vez mais preparados para essa realidade climática. Nós vivemos aqui a experiência da inundação, mas a gente sabe que as ondas de calor são o que mais mata, e, por isso, a importância e a prioridade sempre na arborização urbana, o Plano Diretor de Arborização, e esses investimentos no sentido de cada vez a gente qualificar mais a nossa arborização, o plantio que a gente sabe que está envelhecendo na cidade. A gente se orgulha de ser umas capitais mais arborizadas do País, mas ela está envelhecendo e a gente precisa ter inteligência e estratégia para cada vez plantar mais em Porto Alegre. Em suma era isso, Sr. Presidente, tentei responder a todos.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Queremos agradecer a presença do secretário Germano Bremm, parabenizá-lo pelo belo trabalho que faz frente à secretaria e ao Escritório da Reconstrução de Porto Alegre. A gente sabe das dificuldades, do tamanho desse trabalho, então pode contar com esta Câmara, com este Presidente. Mais uma vez, parabeno os senhores e toda sua equipe pelo trabalho que vem sendo realizado. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h30min.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): (15h32min) Estão reabertos os trabalhos.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): É só para esclarecer, Presidente, uma dúvida: não deveria ser antes utilizada a Tribuna Popular pelo pessoal da Paróquia São Vicente Mártir, regimentalmente, antes do secretário?

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O que está no espelho é o Comparecimento e a Tribuna Popular. Estou seguindo o espelho que me foi entregue aqui.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): A Ver.^a Biga Pereira está com a palavra.

Vereadora Biga Pereira (PCdoB): Presidente, eu pedi a palavra para agradecer a presença da nossa companheira e amiga Maria das Neves Filha que está aqui conosco, na Câmara hoje, e que vem para uma intensa atividade da Comissão dos Direitos Humanos, em nível nacional, que está aqui em Porto Alegre realizando, em que eu aproveito para convidar a todos e todas para amanhã às 17h da tarde, aqui no Plenário Ana Terra, a Procuradoria da Mulher desta Casa, juntamente então com a Comissão Nacional dos Direitos Humanos vai realizar um debate. Inclusive com a presença do Ministério Público sobre os impactos da crise climática na vida das mulheres, da população negra e LGBTQIA+ aqui nesta Casa. Então nós agradecemos a presença da Maria das Neves e convidamos a todos e todas para prestigiarmos este evento em que a Comissão Nacional dos Direitos Humanos está fazendo. Meu querido Giovani, ele veio junto comigo, inclusive porque a Maria das Neves é contemporânea que militou junto com o Giovani na União da Juventude Socialista – não é Giovani? – e a gente está muito feliz com a presença dela. Obrigada.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Está feito o registro, vereadora, muito obrigado pela presença. Seja bem-vinda, Sra. Maria das Neves.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo o Ofício nº 2.871/24, firmado pelo Sr. Sebastião Melo, prefeito municipal de Porto Alegre, por meio do qual informa a suspensão do seu período de férias, comunicado por meio do Ofício nº 2.852/24, com efeito apontado a partir do dia 24 de outubro de 2024.

Apregoo requerimento firmado pelo Ver. Moisés Barboza, solicitando Licença para Tratamento de Saúde no dia 30 de outubro de 2024.

Apregoo justificativa de falta da Ver.^a Biga Pereira, nos termos do art. 227, §§ 6º e 7º, do Regimento, que comunica a sua participação no 16º Fórum Sindical Sul, em Nova Petrópolis, nos dias 4 e 5 de novembro de 2024.

Apregoo a representação externa do Ver. Pedro Ruas, que representará esta Casa na inauguração de mural em homenagem a Lupicínio Rodrigues e lançamento da campanha de enfrentamento ao racismo do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul no dia 4 de novembro de 2024, às 17 horas, no auditório do Foro Central de Porto Alegre.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Claudio Janta, solicitando Licença para Tratar de Interesses Particulares do dia 4 ao dia 6 de novembro de 2024. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo declaração firmada pelo Ver. Claudio Janta, informando o impedimento dos suplentes Lisandro Zwiernik e Antonio Carlos Souza de Lima em exercerem a vereança, em substituição, no período.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Declaro empossado o Ver. Sandro Besson, que já fez juramento anteriormente. V. Exa. fará parte da Comissão de Constituição e Justiça – CCJ. Seja bem-vindo, Ver. Sandro.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo as proposições encaminhadas à Mesa que estão registradas no documento em anexo, o qual foi distribuído às Sras. Vereadoras e aos Srs. Vereadores por meio digital, nos grupos de comunicação por aplicativo de mensagens instantâneas integrados pelos parlamentares e por suas respectivas assessorias.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Passamos à

TRIBUNA POPULAR

SR. JOSÉ LUIS ESPÍNDOLA LOPES (Mestre de Cerimônias): A Tribuna Popular de hoje terá a presença da Paróquia São Vicente Mártir que tratará da divulgação da 19ª Romaria em Louvor à Nossa Senhora Desatadora dos Nós. O Pe. Batista Vieira, padre, está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos.

SR. BATISTA VIEIRA: Querido Presidente desta sessão, demais integrantes da Mesa, queridos vereadores que aqui estão, querido povo que acompanha aqui nesta Casa, povo que veio da paróquia São Vicente Mártir junto conosco, e também os demais que aqui se encontram, querido povo que nos acompanha também pela TVCâmara, tanto pelo sinal digital quanto pelo YouTube. Sou o padre Batista Nunes Vieira e venho aqui representando o padre Ricardo Costa, nosso auxiliar, o nosso povo da Paróquia São Vicente Mártir, cuja menção aqui já fiz e também todos aqueles que participam da Santa Missa com a gente nos domingos e também dias feriais. Também faço referência, de forma especial, ao nosso grande amigo, nosso grande irmão, meu antecessor, padre Alexsandro Mello Nunes que esteve outrora nesta Casa em momento similar, mas que, depois de muito trabalhar com esse povo e após uma longa batalha de saúde, se encontra hoje na eternidade junto com Deus. A ele a nossa justa homenagem e o nosso desejo do encontro na eternidade feliz com Deus. Venho aqui, hoje, queridos vereadores e querido povo que acompanha, trazer, junto com esse povo, uma fonte inexaurível de graças, a nossa Mãe que está aqui presente ao nosso lado. Muitos sedentos, queridos irmãos e irmãs, vêm encontrar saciedade nas bênçãos que jorram dessa Mãe. A Nossa Senhora Desatadora dos Nós é um porto seguro para várias pessoas que procuram encontrar uma esperança em suas vidas. Elas entregam nas mãos dessa Mãe tão querida

os seus nós, sendo esses nós, querido povo que aqui está, seus problemas e dificuldades. E ela, com um carinho de mãe, com o carinho de uma mãe que desata os cordões dos seus filhos tanto dos calçados quanto das roupas, ela também desata os nós dos fiéis, trazendo, assim, mais confiança, esperança e, por consequência, mais felicidade a esse povo.

Faço aqui, queridos vereadores presentes, querido povo, também a você que nos acompanha pela TVCâmara, dois convites: o primeiro que venham visitar a gente nas quartas-feiras, na Paróquia São Vicente Mártir, Rua Victor Silva, 186, no bairro Camaquã, para se unir a centenas de pessoas que vêm confiar suas vidas e entregar os seus nós à nossa mãe eterna. Às 6h30min, 9h30min, 15h30min e 19 horas, temos esses momentos celebrativos, onde a graça acontece. Já o segundo convite, queridos vereadores, é que venham à nossa majestosa Romaria em Louvor a Nossa Senhora Desatadora dos Nós. A nossa 19ª Romaria terá início no dia 22 de novembro, com a novena de preparação, até o dia 30, sempre às 19h30min. No dia 30, na nona noite da novena, nós teremos uma carreata que vai até a paróquia Sagrado Coração de Jesus, na Rua Padre João Batista Reus, 1133, no bairro Tristeza – convido todos a participarem! Também convido, especialmente, no dia 1º de dezembro, quando nós vamos ter o coroamento, com a nossa grande romaria. Nós iremos, queridos vereadores e querido povo, nos encontrar às 9h da manhã, antes um pouquinho, na paróquia Sagrado Coração de Jesus para, às 9h, nós fazermos uma bonita procissão até a paróquia São Vicente Mártir para uma maravilhosa missa campal, às 10h da manhã, na frente da igreja. Depois teremos um almoço, com convites por adesão, que está sendo preparado com muito amor e carinho pela nossa comunidade. Eu garanto a vocês, querido povo, que será um momento de muitas graças.

Para concluir, Sr. Presidente e queridos vereadores que aqui estão, eu peço licença para, nesta sessão, junto com o povo que está aqui – por favor, fiquem de pé, o nosso povo que veio da paróquia São Vicente Mártir –, neste momento, para entrarmos dentro desse espírito, dessa novena maravilhosa, vamos cantar o lema que move essa nossa novena, o lema que está nos inspirando. Convido todos a cantar juntos.

(Procede-se ao canto.)

SR. BATISTA VIEIRA: Viva Nossa Senhora Desatadora dos Nós! Sejam bem-vindos à Paróquia São Vicente nessa nossa maravilhosa novena, sintam-se todos bem-vindos junto com a Mãe Desatadora. (Palmas.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Eu estava tentando chamar alguém para ajudar o padre a cantar aqui, não consegui, tem um microfone junto aqui. Não que o padre não estivesse cantando bem, mas poderia ter um apoio, não é, padre? Estava chamando alguém para dar um apoio, mas não consegui, foi muito de improviso.

O Ver. Pedro Ruas está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Eu queria cumprimentar na pessoa do padre Batista, na pessoa da Bia, todos aqueles e todas aquelas, Presidente Mauro Pinheiro, que formam a congregação da igreja São Vicente Mártir, da Nossa Senhora Desatadora dos Nós. E reforçar o convite da procissão, porque o trabalho do padre Batista é um trabalho excepcional, como era também o do padre Nunes, que perdemos há pouco tempo. O padre Batista participa inclusive – participou, não é, Bia? –, muitas vezes, lá da procissão da igreja São Jorge, tem uma relação muito grande com o padre Sérgio Belmonte também. Então reforço e digo que é uma alegria que esta Casa, padre Batista, possa recebê-lo, e sinta-se sempre muito à vontade para nos visitar e nos convidar para visitá-lo em sua paróquia. Um abraço.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Jonas Reis está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Presidente, nosso querido orador, padre Batista Vieira, em seu nome quero abraçar todas e todos que participam dessa caminhada lá na paróquia, dessa luta, que é a luta também pela fé, e a comissão organizadora, em nome do Partido dos Trabalhadores. A gente entende a importância da fé para as pessoas; da fé para o povo, e a gente tem que considerar sempre, inclusive dentro dos debates na política, o livre arbítrio, a livre escolha, o credo e o respeito evidentemente à diversidade religiosa, porque ela é uma característica do nosso povo. Então, viva Nossa Senhora Desatadoras dos Nós!

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): A Vereadora Lourdes Sprenger está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Falo em nome Ver. Idenir Cecchim, do Ver. Pablo Melo, da Ver.^a Psicóloga Tanise. Cumprimento o padre Batista por mais essa presença aqui na nossa Casa e para reforçar que, dia 1º de dezembro, vamos fazer uma caminhada da fé – estamos precisando muito de religiosidade para afastar o mal, afastar esse ódio. A gente que convive em rede social vê a população muito irada. Vamos buscar fé, vamos orar e prestigiar aquela comunidade. Hoje, essa festividade faz parte do Calendário Oficial do Município por minha autoria, e me sinto muito honrada de recebê-los aqui. Parabéns!

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra nos termos do art. 206, do Regimento.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Falo em nome da bancada progressista, da qual tenho a honra de ser líder, meu colega, Presidente Mauro Pinheiro. Quero dizer que esse momento sempre é muito especial nas nossas vidas de vereadores aqui; a presença da estátua da Nossa Senhora Desatadora dos Nós traz uma serenidade,

uma esperança, uma paz. E fiquei muito feliz em assistir o senhor na tribuna convocando a todos para cantar a música e também participar da romaria. Parabéns! Ficamos muito agradecidos.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra, nos termos do art. 206, do Regimento, pela oposição.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Nobre Presidente, quero saudar também, em nome da oposição, a vinda aqui do padre Batista, que é um grande incentivador, um grande orador, que traz a mensagem de esperança e solidariedade aqui, como também a todo o conselho paroquial, que tem um grupo mais que significativo de voluntários. Sejam bem-vindos aqui à Casa do Povo. De imediato, quero dizer que para a festa do dia 1º de dezembro, eu liberei uma emenda impositiva, então, bom proveito para poder dar volume à estrutura e acolhida à estrutura, aos cidadãos e aos devotos de Nossa Senhora Desatadora dos Nós nesse dia tão significativo aqui em Porto Alegre. Quero parabenizá-lo, parabenizar toda a comunidade, eu conheço o trabalho social que vocês fazem. E eu diria que o poder público fica muito distante se não tem essa ação dos voluntários, e a igreja faz um papel fundamental nesse aspecto de solidariedade, esperança e de acolhida por essa enorme diversidade que nós enfrentamos de dura realidade na nossa cidade principalmente. Bem-vindos, vida longa e com a proteção, com certeza, da Nossa Senhora Desatadora dos Nós, obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra nos termos do art. 206, do Regimento.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Sr. Presidente, muito boa tarde, boa tarde, padre Batista Vieira, *pax Domini*; sou Ver. Tiago, do Partido Novo, em nome também do nosso Ver. Ramiro Rosário, quero saudar essa festa religiosa. E o nome da vossa Paróquia São Vicente Mártir, mártir, nos primórdios da igreja, em grego, era testemunho, os mártires que morreram por causa do seu testemunho. E nunca foi tão importante e necessário que a cristandade testemunhe a sua fé. Veja, eu sou um teólogo luterano, porém saúdo a vossa festa, como presidente de uma frente parlamentar aqui que defende o estado laico a liberdade religiosa, fico ainda mais feliz de ver V. Exa., as irmãs aqui presentes, todos da Paróquia São Vicente Mártir dando esse testemunho da fé católica romana. Então, parabéns, que vocês tenham uma boa festa, vi que vocês também vão ter missa campal, que Deus abençoe vocês nessa missa e contem conosco, contem com a nossa Frente Parlamentar em Defesa da Liberdade Religiosa, porque repito: que mais e mais mártires, no conceito original de testemunho, apareçam como V. Exa. e todas as suas colegas da paróquia. Parabéns e boa festa.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Presidente Mauro Pinheiro, cumprimentando V. Exa., quero cumprimentar também aqui o padre Batista e todos os representantes da paróquia. Em especial, quero cumprimentar a Estela, o Carlos, a Lu, queridos amigos, quero, em meu nome e em nome do Ver. João Bosco Vaz também, desejar pleno êxito na 19ª romaria. Estaremos lá no almoço, confirmada a presença. E parabéns pelo trabalho de vocês. Um grande abraço e muito obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Giovani Culau e Coletivo está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Presidente, em nome do Partido Comunista do Brasil, eu gostaria de abraçá-lo, padre Batista Vieira, e ao te abraçar, cumprimentar toda a comunidade da Paróquia São Vicente Mártir, os devotos e as devotas da Nossa Senhora Desatadora dos Nós. Eu vivi parte da minha infância na Vila São Vicente Mártir, já compus essa comunidade, e para nós, do PCdoB, que temos uma trajetória de luta em defesa da liberdade religiosa, acreditamos que recebê-los e recebê-las aqui deve fazer com que essa Câmara comungue dos valores da solidariedade, os valores que sem dúvida alguma a igreja nos transmite. Que a gente possa se encontrar na romaria e que Nossa Senhora Desatadora dos Nós também ilumine o nosso trabalho aqui, na Câmara de Vereadores. Muito obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Presidente. Em nome da minha bancada, do Partido Liberal, quero aqui dar as boas-vindas ao padre Batista, a todos os seus trabalhadores da nossa querida igreja Desatadora de Nós e dizer que nós tenhamos cada vez mais fé. Sem fé ninguém levanta da cama e que bom que nós temos uma igreja que acolhe, que durante a pandemia, que durante a enchente também foi um momento de acolher, de abrigar e também de ajudar aqueles que mais necessitavam. Vida longa à nossa Desatadora de Nós e que ela possa guiar os nossos caminhos a cada dia. Muito obrigada.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Agradecemos a presença do padre Batista Vieira, representante Paróquia São Vicente Mártir. Como Presidente da Câmara, quero cumprimentá-lo pela sua participação na comunidade, por essa grande festa que acontece todos os anos; nós já estamos acostumados a receber essa comunidade sempre. Penso que todos nós precisamos um pouquinho da Nossa Senhora Desatadora de Nós, em cada dia da nossa cidade. Tenho certeza de que será uma excelente festa, uma grande romaria. Parabéns pelo trabalho, padre. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas e para o registro fotográfico.

Registro também a presença do vereador eleito do MDB, Professor Vitorino, no plenário, seja bem-vindo, vereador.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h53min.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): (16h) Estão reabertos os trabalhos. Vamos retomar a nossa sessão, convido os vereadores que ainda estão nos seus gabinetes, pois agora nós vamos fazer uma homenagem aos servidores da Câmara, pelo tempo de serviço, em razão do Dia do Funcionário Público, que foi no dia 28 de outubro de 2014.

SR. JOSÉ LUIS ESPÍNDOLA LOPES (Mestre de Cerimônias): Solenidade em homenagem ao Dia do Servidor Público, com as respectivas premiações por tempo de serviço. Funcionários que completaram dez anos de serviço: Bruno Walber Viana (Palmas.); Andrea Dorothee Stephan Möllmann (Palmas.) (O Ver. Adeli Sell procede à entrega do diploma.); Luiz Otavio Wearick da Silva (Palmas) (O Ver. Aldacir Oliboni procede à entrega do diploma.); Vinícius Ferreira Sebben (Palmas) (O Ver. Cassiá Carpes procede à entrega do diploma.); Jaderson Alan Markus Borgelt (Palmas.) (O Sr. Gustavo Brock, diretor-administrativo, procede à entrega do diploma.); Thiago Aguiar de Moraes (Palmas.) (A Ver.^a Comandante Nádia procede à entrega do diploma.); Paola Andressa Lima Dornelles (Palmas.) (O Ver. Conselheiro Marcelo procede à entrega do diploma.) Encerrando o grupo dos dez anos, Karla Pires Ferreira (Palmas.) (O Ver. Everton Gimenez procede à entrega do diploma.)

Passamos agora para os funcionários com 20 anos de serviço. Nara Lúcia Poluden Pertile (Palmas.) (A Ver.^a Fernanda Barth procede à entrega do diploma.); Rosalia Pereira Duarte. (Palmas.) (A Ver.^a Fran Rodrigues procede à entrega do diploma.); Renato Martinez da Costa Leite. (Palmas.); José Eduardo Pereira Nascimento. (Palmas.); Alex Sandro *Cardoso Borges*, nosso chefe da reprografia. (Palmas.) (O Ver. Gilson Padeiro procede à entrega do diploma.); Rita de Cássia de Oliveira Amaro. (Palmas.) (O Ver. Giovanni Culau e Coletivo procede à entrega do diploma.)

Servidores que completaram 25 anos de serviço à Câmara Municipal: Ivan Santos de Oliveira. (Palmas.); Cláudia Helena da Cunha Inácio. (Palmas.) (O Ver. Hamilton Sossmeier procede à entrega do diploma.); Andrea da Rocha Bueno. (Palmas.); José Hamilton Chaves Pellini. (Palmas.); André Ribas Leal. (Palmas.); Rosiney Marinho Couto. (Palmas.)

Servidores que completaram 30 anos de serviço à Câmara Municipal: Zaira Felipe Soutinho. (Palmas.) (O Ver. Jessé Sangalli procede à entrega do diploma.); Aurora Eni Soares Florisbal. (Palmas.); Vladimir Gomes Lopes. (Palmas.) (O Ver. João Bosco Vaz procede à entrega do diploma.); Roseli Aparecida Rabelo Kirschbaum. (Palmas.) (O Diretor Legislativo Luiz Afonso de Melo Peres procede à entrega do diploma.)

Edilson José da Silva Santos, completando 40 anos de serviço este ano. (Palmas.) (Os vereadores Jessé Sangalli, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mari

Pimentel, Moisés Maluco do Bem, Mônica Leal, Pedro Ruas, Professor Alex Fraga, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário, Sandro Besson e Tiago Albrecht procedem à entrega do diploma.) Vamos fazer uma foto conjunta por favor.

(Procede-se ao registro fotográfico.) (Palmas.)

SR. JOSÉ LUIS ESPÍNDOLA LOPES (Mestre de Cerimônias): Em prosseguimento, Prêmio Servidor Destaque. Em homenagem ao Dia do Servidor Público, hoje condecoramos três servidores pelo desempenho e dedicação à instituição através de ações e práticas que vão além das rotinas diárias de trabalho, contribuindo com a promoção de um ambiente de trabalho proativo, com estímulo à criatividade, à produtividade, à eficiência, à economicidade e à melhoria da qualidade de trabalho, através de ações e projetos que tragam inovações e desenvolvimento ao serviço público. Por força da [Resolução de Mesa nº 639/2024](#), que institui o Prêmio Servidor Destaque, três servidores que apresentaram suas propostas de projetos e ações de incentivo à inovação na Câmara Municipal de Porto Alegre, as quais foram avaliadas e julgadas por comissão constituída pelos diretores de todas as áreas da Casa, serão premiados com a participação em cursos e congressos, eventos, visitas técnicas, bolsas de idiomas ou outros eventos que caracterizem situação de aprendizagem, como forma de reconhecer publicamente os esforços em favor da valorização dos servidores e da qualidade do serviço prestado.

Os três vencedores do Prêmio Servidor Destaque são: Aloísio de Freitas, do Serviço de Planejamento e Acompanhamento de Contratações, pelo desenvolvimento do catálogo eletrônico de compras, sistema que possibilita a padronização dos itens adquiridos pela Câmara e contribui para a redução de custos e minimização de erros nas contratações, assegurando que a Câmara sempre adquira os produtos com as mesmas especificações, previamente aprovadas. Convidamos o senhor diretor-geral e o Sr. Presidente da Câmara a fazerem a entrega do prêmio ao servidor Aloísio de Freitas.

(Procede-se à entrega do prêmio.)

SR. JOSÉ LUIS ESPÍNDOLA LOPES (Mestre de Cerimônias): Julian Ottonelli, da Diretoria de Patrimônio e Finanças, pelo desenvolvimento do Painel Interativo de Execução Orçamentária, sistema destinado ao acompanhamento do planejamento e da execução do orçamento da Câmara Municipal. O painel permitirá monitorar os índices de despesa de pessoal, conforme os parâmetros da Lei de Responsabilidade Fiscal, além de oferecer uma visão integrada dos orçamentos anteriores, da listagem de empenhos, liquidações e pagamentos, bem como os contratos vigentes. Convidamos o senhor diretor-geral e o Sr. Presidente da Câmara a fazerem a entrega do prêmio ao servidor Julian Ottonelli.

(Procede-se à entrega do prêmio.)

SR. JOSÉ LUIS ESPÍNDOLA LOPES (Mestre de Cerimônias): Luiz Otávio Wearick da Silva, da Seção de Folha e Registros Financeiros, pelo desenvolvimento de recursos através de linguagem de programação que contribuíram para o aperfeiçoamento dos diversos sistemas e processos administrativos da Câmara, aprimorando os trabalhos já realizados e inovando nas suas aplicabilidades. (Palmas.) Convidamos o Ver. Aírto Ferronato para fazer a entrega do prêmio.

(Procede-se à entrega do prêmio.)

SR. JOSÉ LUIS ESPÍNDOLA LOPES (Mestre de Cerimônias): Além das três premiações, mister destacar e homenagear também a servidora Claudia Helena da Cunha Inacio, chefe da Seção de Memorial, que durante o período das enchentes que impactaram a Câmara, participou ativamente dos resgates dos arquivos, materiais e objetos da Casa, exercendo um papel fundamental para que os prejuízos não fossem ainda maiores. Sua atitude voluntária e proativa foi digna de destaque e reconhecimento no que diz respeito ao zelo e ao empenho à instituição. Convidamos os vereadores Aírto Ferronato, Alvoni Medina, Jonas Reis, José Freitas e Roberto Robaina para proceder à entrega do prêmio.

(Procede-se à entrega do prêmio.)

SR. JOSÉ LUIS ESPÍNDOLA LOPES (Mestre de Cerimônias): Convidamos os homenageados do dia para um registro fotográfico.

(Procede-se ao registro fotográfico.)

SR. JOSÉ LUIS ESPÍNDOLA LOPES (Mestre de Cerimônias): Ao encerrarmos esse evento, trazemos o agradecimento da Câmara Municipal de Porto Alegre à dedicação desses servidores para com seu trabalho e para com o desenvolvimento e aprimoramento do serviço público, em uma clara evidenciação de seus destaques e exemplos a serem seguidos.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Esta presidência faz um requerimento solicitando a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Pauta Especial. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos à

PAUTA ESPECIAL – DISCUSSÃO PRELIMINAR
(05 oradores/10 minutos/com aparte)

3ª SESSÃO

PROC. Nº 0686/24 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 035/24, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Porto Alegre para o exercício econômico-financeiro de 2025. (SEI 118.00636/2024-19)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão e que entende a importância de um orçamento para a cidade avançar, hoje, vimos mais uma vez o secretário do governo Melo trazer ilusões ao povo desta cidade, e o pior, ainda na Câmara de Vereadores, dizer que vão fazer e acontecer, quando a gente sabe que eles, tendo dinheiro na mão, não fizeram; e não fizeram porque não têm essa intenção. Todos os anos a lei orçamentária tem sido um misto de farsa, de ilusão e de descumprimento da legislação. Só na educação nós chegamos a uma vergonhosa aplicação de apenas 9%, quando o mínimo constitucional, a lei maior, nos obriga, a todos os entes federados, todos os municípios do Brasil, mais de 5 mil, 25%. Em Porto Alegre, a situação é pior ainda: o prefeito rasgou a Lei Orgânica, bem como a nossa Carta Magna, porque lá diz 30% para a educação. Hoje faltam 300 profissionais nas escolas. Estamos no mês de novembro e nós não temos monitoras, não temos professoras, e recentemente não tínhamos nem gás nas escolas, porque eles sucatearam de tal forma a Secretaria de Educação, que os funcionários lá não estão, não têm funcionários lá, quem está segurando a escola pública de pé são as equipes diretivas, são as poucas professoras e monitoras e funcionárias de escola que estão, todos os dias, em 99 instituições. Eu quero deixar aqui o meu agradecimento a todas as trabalhadoras da educação pública da capital. Há um arrocho salarial de quase 30%, ou seja, a cada R\$ 100,00 de salário, a Prefeitura confisca R\$ 30,00, todos os meses, e dá apenas R\$ 70,00 aos trabalhadores, fica com o dinheiro do salário das professoras, das educadoras, e não somente da educação. O arrocho salarial... Está aqui o Sindicato dos Municipários e das municipais fazendo a denúncia. Parabéns a toda direção, Edson, Assis, Bete, a Cindi, e lá em cima também estão o João, o Hamilton, o Jaime! Aqui vocês cobram o justo, o que é justo a um trabalhador no Brasil. O Lula vai lá e aumenta o salário mínimo acima da inflação; a Prefeitura deveria cumprir este exemplo, seguir o exemplo do Presidente Lula, todos os anos o salário mínimo acima da inflação, e aqui em Porto Alegre o que acontece? Nem a inflação! Não tem aumento, não tem reposição inflacionária, não tem nada, mas os secretários do governo Melo foram contemplados no orçamento: R\$ 6 mil de aumento, numa tacada apenas, para os secretários e adjuntos. E, agora, este que veio aqui falar hoje dirige o escritório do privilégio; não é da reconstrução, é o escritório do privilégio. Criaram CCs, mas não é CC simples, entendeu? Não é cidadão, cidadã, cargos pequenos de R\$2 mil, R\$ 3 mil, não, é uma bolada de R\$ 20 mil. Para quê? Para manter os postos de saúde ainda fechados, manter as escolas ainda fechadas, manter os esgotos alagados. Mas, no salário do

Escritório de Reconstrução, todos os meses entram os indicados políticos dos partidos que estão com o Melo. Então, você veja, cidadão, quando você vai lá no posto Vila Farrapos, está fechado, mas os políticos estão levando o seu salário em dia; você vai à Escola Migrantes, está fechada, mas o salário dos políticos está em dia; você vai à Escola Giudice, e o refeitório não funciona, não oferece arroz, feijão, mas o salário dos políticos do governo Melo, dos indicados do Escritório de Reconstrução está em dia. Isso é de lamentar, isso é de entristecer qualquer cidadão que todos os meses vai lá recebe o seu salário, paga suas contas em dia para este Estado democratizar o acesso às políticas públicas. E o que a gente viu foi a enchente, inclusive, entrar dentro da Prefeitura e atolar na lama a moral, a ética. Pode até ser legal criar esse monte de cargos, pode, é previsto em lei, a Câmara criou, votou – eu votei contra -, mas é imoral, é antiético saber que as escolas permanecem fechadas, assim como mais de dez postos de saúde, e a cidadania, que quer a saúde funcionando – e não está –, não consegue pegar o seu remédio, não consegue ter a consulta médica, que é direito desde a criação da [Lei nº 8.080/90](#), lá do SUS, há mais de 30 anos. E o SUS permanece um privilégio. Porque, diante da enchente, eles não se preocuparam em fazer nem que fosse uma estrutura provisória de postos de saúde de contêiner. E eles têm todo o dinheiro da União à disposição. O Presidente Lula disse, e eu falo aqui pelo PT: todo o recurso necessário... As prefeituras mandarão projetos... Tem prefeituras do interior, pasmem, com 3 mil habitantes que já estão funcionando a pleno, isso é inexplicável. Aqui em Porto Alegre todos os deputados são bem votados, de todos os partidos, inclusive do governo Melo, e cadê as emendas? Eu fui o vereador que mais trouxe recurso federal em emendas impositivas nessa legislatura, através do deputado federal Bohn Gass, e colocamos lá na saúde. Porque a gente não olha a bandeira; a gente olha a Prefeitura. Eu trouxe recurso, dinheiro, por isso eu subo nesta tribuna, porque eu tenho autoridade para cobrar que o dinheiro público volte ao cidadão, que ele vá no posto de saúde e não dê com a cara na porta fechada; que ele chegue com seu filho na escola e tenha vaga, professora, monitora. E não, agora, como a gente vê, o secretário de educação nunca visitou as escolas – ele está aí desde a saída do José Paulo, no início da eleição. Então eu estou muito preocupado com essa peça orçamentária, que, mais uma vez, não atende saúde, não atende educação nas fragilidades da população. São 184 mil pessoas aguardando, em média, três anos na fila por uma consulta com um médico especialista. São pessoas que têm problema de coluna, são idosos que estão com problema de locomoção, são pessoas que precisam de consulta com cardiologista para encaminhar um tratamento e receber sua medicação. E eu falo isso como alguém que tem uma pessoa na família com problemas cardíacos. Minha irmã toma nove medicações, ela tem 50 anos de idade e toma nove medicações. Por isso que nós temos que cobrar que todo o cidadão tenha direito a um médico especialista, porque a sua vida está em risco. Então, a minha cobrança aqui é: chega de promessas na lei orçamentária anual, nós queremos é o cumprimento da palavra empenhada. Eu sou do tempo da palavra no fio do bigode, mas não é isso que a gente tem. Todo ano a peça orçamentária vem para cá e ela se dilui, ela não é implementada e não se cobra. Eu cobro, seguirei cobrando, porque eu não me contento com 12 mil crianças fora da escola, com mais de 27 mil servidores públicos com

30% de perdas salariais, com uma cidade ainda hoje atolada na lama. A luta vai ser dura, vai ser difícil, mas nós vamos garantir que o orçamento seja implementado para você, cidadão, que é você que paga esta Câmara e paga a Prefeitura.

(O Ver. José Freitas assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PL): Presidente Freitas, colegas, a segurança do povo gaúcho, a segurança de Porto Alegre corre perigo. Hoje precisamos levantar nossas vozes em um clamor urgente contra uma tentativa inaceitável da centralização do poder de polícia no país. É simplesmente indignante que o governo federal busque retirar a autonomia das forças de segurança estaduais para transferir esse poder para Brasília, através de uma PEC, a PEC da segurança. Essa medida, liderada pelo Ministro da Justiça e Segurança Pública, Lewandowski, e pelo Presidente Lula, não apenas fragiliza o papel das nossas polícias, mas promove uma inversão de valores que pode colocar em risco a vida de cidadãos de bem. Como brigadiana, com 28 anos de experiência na linha de frente da defesa da sociedade, sei bem da importância da ação efetiva e autônoma das forças policiais locais. Esse movimento do governo federal mina todo o esforço e compromisso das polícias estaduais, substituindo a proteção dos cidadãos por uma agenda centralizadora e autoritária. Recentemente tivemos o anúncio de uma reunião, em Brasília, com governadores e chefes dos três Poderes. Isso é um claro sinal de que o governo está determinado a seguir em frente com essa proposta. O objetivo é modificar o art. 144 da Constituição e entregar para a União o controle absoluto do Sistema Único de Segurança Pública, o SUSP, em nome de uma padronização da segurança. O que realmente estamos vendo é um desmonte da autonomia dos estados, uma afronta à ação local que é tão vital para lidar com as especificidades de cada região. E atenção, a criação do Fundo Nacional de Segurança Pública, acompanhada de promessas de recursos, pode parecer vantajosa, mas é uma armadilha perigosa. Centralizar os recursos não resolve os problemas reais enfrentados pela segurança nos estados, pelo contrário, abre a porta para um comando distante, alheio às realidades locais e ao árduo trabalho das polícias estaduais, que até agora têm defendido a população com coragem e muita eficácia. Os estados estarão perdendo a soberania da polícia, e isso é inaceitável. O Rio Grande do Sul tem a melhor polícia militar, a nossa Brigada Militar não precisa de uma polícia nacional bolivariana. Estão usando os infelizes e recorrentes problemas da segurança pública no Rio de Janeiro para propor uma mudança constitucional e tirar dos governadores o comando sobre suas polícias militares. Se o governo federal agisse para a polícia militar carioca, tendo liberdade e capacidade de ação para agir em toda a área da capital, certamente a situação seria outra. Lembro que o STF, na época da pandemia, proibiu a atuação policial em favelas. Com isso, as organizações criminosas expandiram o seu domínio sobre o estado. E essa proibição continua. Se

permitirmos que o governo federal enfraqueça as forças de segurança locais, quem sairá ganhando? O crime organizado. Essa PEC da segurança, sob o falso pretexto de melhorar a segurança, é, na verdade, um golpe contra os valores que sustentam a nossa sociedade: autonomia à justiça e ação policial próxima do povo. Está orquestrada, na cartilha dos partidos de esquerda, a desmilitarização das polícias. Quem não gosta da polícia – básico – é bandido, é criminoso. É legítimo criar uma dificuldade para vender facilidade, mas, nesse caso da PEC, foram muito além, criaram o caos para desautorizar os governadores, desmoralizar as polícias militares e centralizar o poder nas mãos do Presidente. Querem melhorar a segurança pública? Vamos rever a audiência de custódia, que libera, muitas vezes, o vagabundo com fuzil e questiona a ação da polícia. Querem melhorar a segurança pública? Vamos alterar a lei da execução penal, o processo penal, o código de processo. Impossível ainda aceitarmos a progressão da pena. Vamos tratar bandido como bandido. Atenção, senhores vereadores, a capital, o Estado do Rio Grande do Sul e a Nação querem mais polícia. Não deixem enfraquecer quem está na linha de frente, realizando a proteção das pessoas e a repressão à criminalidade. A polícia militar é o último reduto da segurança fazendo a fina costura do tecido social, separando o cidadão de bem do delinquente, do margina. Fica a minha indignação. O Brasil é federalista de verdade ou é só no nome? Vida longa às polícias militares e a minha melhor continência. (Faz continência.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Uma boa notícia: eles já estão arrumando o ar-condicionado, a equipe já está aí arrumando, mas acredito que não vai ficar pronto hoje, esta semana, provavelmente quarta-feira.

Não há mais inscritos para discutir a Pauta Especial. Está encerrado o período de discussão de Pauta Especial.

Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR (05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 0778/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 389/22, de autoria do Ver. Erick Dênil, que obriga a instalação de lixeiras de descarte seletivo nas praças públicas do Município de Porto Alegre. (SEI 254.00010/2022-87)

PROC. Nº 0366/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 187/24, de autoria da Ver^a Psicóloga Tanise Sabino, que institui o Programa Municipal de Educação Socioemocional para Lidar com Desastres, Crises e Emergências nas escolas da Rede Pública Municipal. (SEI 215.00043/2024-28)

PROC. Nº 0367/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 188/24, de autoria da Ver^a Psicóloga Tanise Sabino, que institui o Programa Educativo para

Desenvolvimento de Habilidades Socioemocionais para Lidar com Desastres, Crises e Emergências, destinado a servidores públicos municipais. (SEI 215.00044/2024-72)

PROC. Nº 0433/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 216/24, de autoria do Ver. Airto Ferronato, que concede a remissão da dívida de Taxa de Coleta de Lixo, desde novembro de 2023, à associação Centro Comunitário Coinma, nos termos da Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966. (SEI 019.00027/2024-70)

PROC. Nº 0519/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 257/24, de autoria do Ver. Jessé Sangalli, que estabelece a obrigatoriedade de realização de estudo de tráfego para implementação de novas faixas exclusivas de ônibus, determina a demarcação de áreas específicas para embarque e desembarque de motoristas de aplicativos e a realização de revisões periódicas nos pontos de táxi do Município para identificar obsolescência e dá outras providências. (SEI 220.00254/2024-55)

PROC. Nº 0546/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 277/24, de autoria da Ver^a Biga Pereira, que estabelece a possibilidade de o Município de Porto Alegre prestar assistência técnica pública e gratuita para famílias de baixa renda no Município de Porto Alegre e dá outras providências. (SEI 299.00157/2024-02)

PROC. Nº 0589/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 300/24, de autoria do Ver. Hamilton Sossmeier, que institui o Programa Reabilita POA. (SEI 145.00064/2024-32)

PROC. Nº 0667/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 341/24, de autoria do Ver. Roberto Robaina, que institui o Programa de Prevenção de Acidentes Elétricos com Animais no Município de Porto Alegre. (SEI 050.00091/2024-19)

PROC. Nº 0670/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 344/24, de autoria do Ver. Claudio Janta, que institui a política do Protocolo Individualizado de Avaliação (PIA), voltada a alunos com transtornos globais do desenvolvimento (TGD), incluído o transtorno do espectro autista (TEA), matriculados no ensino fundamental das instituições de ensino público do Município de Porto Alegre. (SEI 024.00269/2024-58)

PROC. Nº 0674/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 347/24, de autoria do Ver. Claudio Janta, que determina a distribuição de manual didático para identificação de sinais de autismo precoce aos pais e responsáveis no ato da vacinação infantil. (SEI 024.00273/2024-16)

PROC. Nº 0683/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 351/24, de autoria da Ver^a Fernanda Barth, que institui homenagem às vítimas do ataque terrorista em Israel

do dia 7 de outubro de 2023, constituída por uma placa a ser erigida na Praça Dr. Maurício Cardoso, localizada no Bairro Moinhos de Vento. (SEI 212.00085/2024-61)

PROC. Nº 0685/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 352/24, de autoria do Ver. Gilson Padeiro, que altera a ementa e o *caput* do art. 1º da Lei nº 13.891, de 12 de abril de 2024, alterando de Francisco Edeljader Brião da Silva para Francisco Brião da Silva a denominação do logradouro. (SEI 165.00152/2024-14)

2ª SESSÃO

PROC. Nº 0570/24 – PROJETO DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 005/24, de autoria dos Vers. Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Claudio Janta, João Bosco Vaz, Idenir Cecchim, Cassiá Carpes, Everton Gimenis, Pedro Ruas, Roberto Robaina, Prof. Alex Fraga e Alvoni Medina e da Verª Karen Santos, que inclui art. 128-A na Lei Orgânica do Município de Porto Alegre (LOMPA), dispondo que a função de regular a atividade econômica, disposta no inc. VII do art. 128 da LOMPA, refere-se à fiscalização de atividades urbanas de competência privativa dos Agentes de Fiscalização exercida por meio do poder de polícia administrativa. (SEI 022.00224/2024-85)

PROC. Nº 0506/24 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 031/24, de autoria dos Vers. Tiago Albrecht e Ramiro Rosário, que inclui art. 21-D na Lei Complementar nº 7, de 7 de dezembro de 1973, estabelecendo alíquotas diferenciadas de Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) para os anos de 2025 e 2026 aos contribuintes afetados nas enchentes de 2024, e concede redução de 20% (vinte por cento) a 40% (quarenta por cento) do ISSQN em relação aos valores fixados em tabela aos profissionais cuja tributação seja calculada em função da Unidade Financeira Municipal (UFM). (SEI 298.00025/2024-73)

PROC. Nº 0668/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 342/24, de autoria da Verª Cláudia Araújo, que declara como patrimônio cultural imaterial do Município de Porto Alegre as Feiras Livres de hortifrutigranjeiros, carnes, derivados de leite, frios, embutidos, entre outras produções locais. (SEI 161.00099/2024-55)

PROC. Nº 0676/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 348/24, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, que declara de utilidade pública a Associação Resgate para o Pai – Associação Beneficente Animal Farm. (SEI 037.00284/2024-93)

PROC. Nº 0687/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 353/24, de autoria do Ver. Conselheiro Marcelo, que concede o título de Cidadão Emérito de Porto Alegre ao senhor Aldronei Pacheco Rodrigues. (SEI 226.00189/2023-81)

PROC. Nº 0684/24 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 075/24, de autoria do Ver. Alvoní Medina, que concede o Diploma Honra ao Mérito à ONG Unidos e Solidários. (SEI 020.00112/2024-26)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Não há inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta.

O Ver. Jonas Reis está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão, meu abraço fraterno à V. Exa., Ver. João Bosco Vaz, que sempre está aí firme e forte, mantendo os trabalhos na nossa Câmara. Mas eu quero dizer aqui da nossa alegria no dia de ontem. Com o Exame Nacional de Ensino Médio - Presidente Lula, obrigada por ser o Presidente da educação, obrigada ao ministro Camilo Santana, que entende a importância de incentivar os jovens não só a concluir o ensino médio com o Pé-de-Meia, mas fazer o exame -, nós teremos mais jovens ingressando nos institutos federais, nas universidades federais. E é importante lembrar que foi o Lula e a Dilma que, em cem anos, fizeram mais instituições de educação superior, e essas instituições estão com vagas ociosas porque não havia no ministério, na época do outro, eu não vou falar o nome inelegível, porque não posso sujar meu discurso com palavra de baixo calão, mas aquele inelegível tinha ministros da educação que destruíram a educação nacional, com casos de corrupção com barras de ouro, mas, agora, nós temos um ministro que foi lá e criou a política do Pé-de-Meia, em que o jovem tem agora à sua disposição uma política de permanência na escola. Eu, há muito tempo, pesquiso o ensino médio - tive a satisfação de fazer o doutorado estudando só as políticas de ensino médio -, e nós sempre tivemos, no caso do Rio Grande do Sul, especificamente, cerca de 10%, 11% de evasão escolar no ensino médio. O que é isso? É o jovem que sai no meio do ano e não conclui por diversos motivos. Não encontra, na educação, o abraço para ocupar um espaço ao sol na sociedade. Mas isso se dava, muitas vezes, pelos alunos terem que trabalhar na sinaleira, trabalhar como operário, sem carteira assinada, sem nada, para ajudar a família. Então, hoje, com essa espécie de poupança estudantil, no final do ensino médio ele vai sacar mais de R\$ 9 mil. Quem é que pensou numa política assim para o Brasil? Nós. Na época que eu era assessor do secretário José Clóvis de Azevedo, no governo estadual do governador Tarso Genro, propusemos no plano de governo, perdemos a eleição, evidentemente, para José Ivo Sartori, mas lá estava o embrião do bolsa estudantil para o jovem de ensino médio, porque a gente constatou que no Rio Grande do Sul tinha muita evasão e tinha que ter um jeito de garantir que esse jovem ficasse na escola. E o Lula agora implementou essa política. Então, eu fico agradecido por nós termos proposto, no nosso documento de programa de governo, lá em 2014. Infelizmente não levamos a eleição, mas fizemos a disputa, colocamos as propostas, e agora o Lula implementa isso, que levou a 98% de participação dos concluintes do ensino médio no Enem. A taxa era de 58%, gente. Isso é importante porque isso garante que há esperança na política de educação pública. E é importante lembrar que quando o jovem evade, não é só uma pessoa que sai para fora da

escola, é recurso público que perdemos na energia elétrica paga, na alimentação, na água, é dinheiro dos salários dos trabalhadores da educação que dão aula, mas a gente perde quando 10%, 11% sai da escola. Ou pior ainda: quando 20% reprovam. Então há muito ainda a fazer na educação pública. Eu, como doutor em educação, falo aqui com a propriedade de quem estuda essa área, de quem tem preocupação em entender como as políticas públicas podem ser efetivas, e o [programa Pé-de-Meia](#) é, sem sombra de dúvidas, uma ação governamental que precisa se transformar em política permanente de Estado. Combater a evasão é economizar recursos. Na época, há dez anos, o cálculo que nós fizemos, a evasão de todos esses alunos, no percentual de 11%, no Rio Grande do Sul, gerava um desperdício de mais de R\$ 150 milhões, e a gente começou a combater com o ensino médio politécnico. E, agora, o Pé-de-Meia também faz isso. Na verdade, é um pouquinho de dinheiro que vai pra conta dos alunos, mas é um monte de dinheiro da educação que não é desperdiçado. Porque o aluno, agora, tem mais força, mais crença na força da escola pública; a escola pública deve ser sempre defendida e é isso que o PT faz.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Obrigado, Ver. Jonas. Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum para entrarmos na Ordem do Dia. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico) Oito vereadores presentes. Não há quórum. Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 16h48min.)

(Os pronunciamentos desta sessão não foram revisados pelas oradoras e pelos oradores.)

* * * * *